



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Francisco Humberlan Arruda de Oliveira

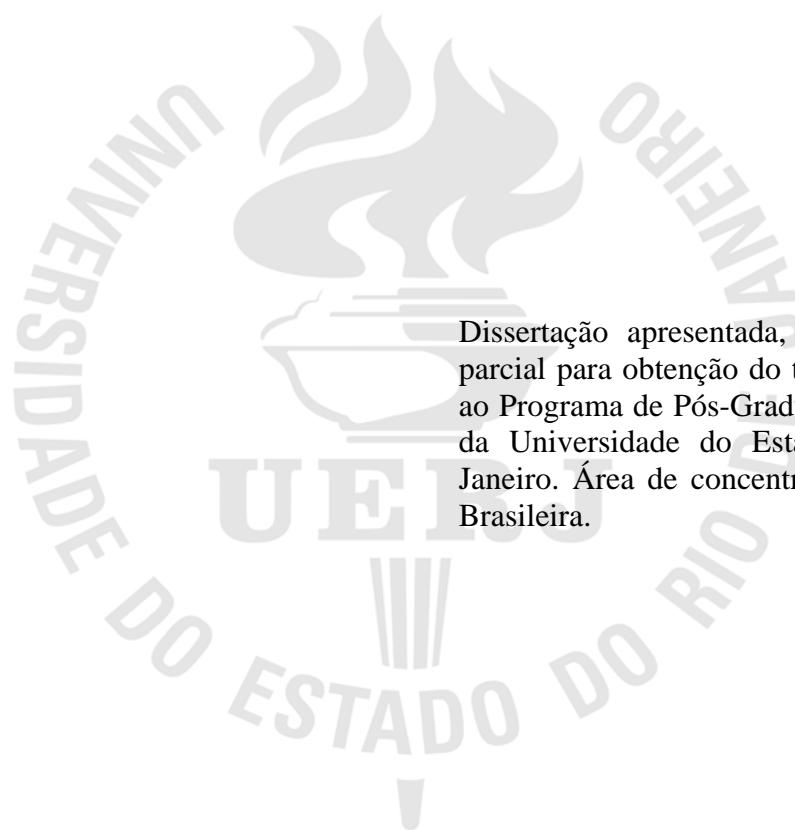
**Figurações da intelectualidade no Brasil: a crônica de Lima Barreto**

Rio de Janeiro

2013

Francisco Humberlan Arruda de Oliveira

**Figurações da intelectualidade no Brasil: a crônica de Lima Barreto**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Brasileira.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Jobim de Salles Fonseca

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

B273	<p>Oliveira, Francisco Humberlan Arruda de. Figurações da intelectualidade no Brasil: a crônica de Lima Barreto / Francisco Humberlan Arruda de Oliveira. – 2013. 84 f.</p> <p>Orientador: José Luis Jobim de Salles Fonseca. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Barreto, Lima, 1881-1922 – Crítica e interpretação - Teses. 2. Crônicas brasileiras – História e crítica - Teses. 3. Literatura e sociedade – Teses. 4. Brasil – Vida intelectual – Séc. XIX – Teses. 5. Arte nouveau - Teses. 6. Influência (literária, artística, etc.) - Teses. I. Jobim, José Luis. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 869.0(81)-95</p>
------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte

---

Assinatura

---

Data

Francisco Humberlan Arruda de Oliveira

**Figurações da intelectualidade no Brasil: a crônica de Lima Barreto**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Literatura Brasileira.

Aprovada em 27 de março de 2013.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. José Luís Jobim de Salles Fonseca (Orientador)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. André Luiz Dias Lima  
IEAR/UFF

---

Prof. Dr. Júlio César França Pereira  
Instituto de Letras da UERJ

Rio de Janeiro

2013

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, irmãos e amigos. Mesmo distantes, separados por terras e mares, sempre depositaram confiança e o apoio à minha carreira acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

O caminho dessa longa jornada não é fácil, exige superar desafios, incertezas, saudades e tantas coisas mais. Entretanto, o caminho não é feito só de pedras, há sombra e água fresca que nos motivam a prosseguir. Essa motivação vem de amigos, família, instituições e de desconhecidos também, por isso quero deixar aqui meu sincero agradecimento a estes que sempre estiveram presentes no meu caminhar, aos que encontrei pelo caminho e àqueles que caminharam comigo.

Agradeço à Universidade do Estado do Rio de Janeiro que me acolheu, desde os tempos da graduação, me oferecendo oportunidade de conviver com grandes mestres que só conhecia por nomes, mas que pela literatura e afetividade construímos uma relação de amizade e respeito.

Ao corpo docente e técnico-profissional da UERJ pela presteza e dedicação que sempre tiveram comigo e, sobretudo, por aquela querida instituição.

Ao meu orientador, Professor Dr. José Luís Jobim, pelo comprometimento, motivação e competência. A sua simplicidade, o carisma e intelectualidade têm muito a nos ensinar.

À banca pela disponibilidade e carinho que acolheram o convite. Sinto-me engrandecido por uma banca tão qualificada.

Aos companheiros do curso que foram muito mais que amigos, foram irmãos, e não posso deixar aqui de citá-los: João Belos, o irmão que reconheci quando estávamos no início desta empreitada, ainda fazíamos a seleção; Aline Reis, amiga de sempre; Juliana Ramos, nossas intermináveis discussões literárias e filosóficas, o que rendeu cartas para num futuro próximo publicarmos; Adriana Arruda, sempre nos trazendo alegria; Giselle Sampaio, amiga desde a graduação; Franciele Queiroz, nossa amiga mineira que conquistou todos com seu jeito simples e sua inteligência; Lemos, que vive a literatura no seu próprio corpo, um amante dos livros que sempre nos encantou com seu bom humor, e Miriane Peregrino, pesquisadora competente que fala com amor da literatura.

Ao meu pai Humberto Arruda; minha mãe Eridan da Silva; meus irmãos Elan, Júnior e Elano; ao novo membro da família, Enzo; minha amiga e companheira nessa vida, Liliane Borges.

À minha família, este trabalho só foi possível por causa de vocês. Obrigado!

O homem, por intermédio da Arte, não fica adstrito aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça; ele vai além disso, mais longe que pode, para alcançar a vida total do Universo e incorporar a sua vida na do Mundo.

*Lima Barreto*

## RESUMO

OLIVEIRA, F.H.A de. *Figurações da intelectualidade no Brasil: a crônica de Lima Barreto*. 2013. 84f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Lima Barreto aborda o intelectual do seu tempo a partir do seu ideal de arte social, e dentro deste ideal de arte o intelectual é aquele que mantém articulação com o saber, e faz disto um benefício para a coletividade (OAKLEY, 2011). Portanto, este trabalho aborda as figurações da intelectualidade no Brasil utilizando a idealização de arte e intelectual de Lima Barreto em nossas análises sobre a figura do intelectual. Inevitavelmente ao tratar da temática do intelectual não poderíamos deixar de abordar a própria figura de Lima Barreto como intelectual em seu tempo. Assim sendo, busca-se compreender Lima Barreto como intelectual preterido por seus contemporâneos, bem como não engajado em lutas de classes sociais, distante de qualquer categoria de intelectual orgânico de Gramsci. Com isto infere-se que Lima Barreto não fazia parte da elite intelectual da *Belle Époque*, e nem era porta-voz do subúrbio. Ele foi um escritor e intelectual militante somente de uma causa: a arte como ferramenta para comunhão entre os homens. Escolhemos o gênero crônica por ela ser algo diário, escrita de observador e gênero onde Lima pode explorar a sua escrita irônica e sarcástica sobre diversos temas, em especial o intelectual (SÁ, 2005). Portanto, as crônicas de Lima Barreto podem nos oferecer uma melhor representação dessas figurações do intelectual, seja na política, imprensa ou literatura. Lima Barreto vai construir seu ideal de arte e intelectual dentro da sociedade *Belle Époque*, sociedade essa que abrigava um trabalho de elaboração da literatura em que a forma era mais importante do que o conteúdo e fomentava a política de modernização do país numa clara imitação dos modos e costumes europeus em nossa literatura. Ao contrário disto, Lima Barreto defendia que o importante, para o intelectual, era o trato com o conteúdo, ser contemporâneo, uma relação verdadeira com a inteligência e que sua escrita estivesse a serviço do bem comum. Evidente que a literatura idealizada por Lima Barreto era utópica, mas militante, e é por isso que ele, Lima Barreto, é um intelectual de resistência.

Palavras-chave: Belle Époque. Crônica. Intelectual. Lima Barreto.



## ABSTRACT

Lima Barreto addresses the intellectual of his time from its social ideal of art, and art within this ideal of the intellectual is one who maintains liaison with knowledge, and makes it a benefit to the community (OAKLEY, 2011). Therefore, this paper addresses the figurations of the intelligentsia in Brazil, using Lima Barreto's idealization of art and intellectual in our analysis of the figure of the intellectual. Inevitably, when addressing the issues relating to the intellectual, we could not fail to address the very figure of Lima Barreto as an intellectual in his time. Therefore, we seek to understand how Lima Barreto as an intellectual was underestimated by his contemporaries and did not engage himself in social class struggles, this way standing apart of Gramsci's definition of organic intellectual. We argue that Lima Barreto was not part of the intellectual elite of the Belle Époque, nor was spokesman of Rio de Janeiro's suburb. He was a writer and intellectual activist supporting only one cause: art as a tool for a brotherhood of men. We chose the genre "crônica" because it is a daily writing genre and, as a social observer, Lima Barreto explored with irony and sarcasm topics related to the intellectual (SA, 2005). Therefore, the chronicles of Lima Barreto can offer us a better representation of these figurations of the intellectual in politics, media or literature. Lima Barreto built his ideal of art and intellectual in the so called Belle Époque, when a work of literature was considered way more important for its language than content and political modernization of the country was a clear imitation of European manners and customs. Unlike this, Lima Barreto argued that what is important for the intellectual is dealing with the content, being contemporary, having a true relationship with his own intellect and directing his writing to serve the common good. Obviously, literature was idealized by Lima Barreto, a militant utopian, and that is why he, Lima Barreto, was an engaged intellectual.

Keywords: Belle Époque. Chronicle. Intellectual. Lima Barreto.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
1	<b>A CATEGORIA INTELECTUAL</b> .....	11
1.1	<b>Lima Barreto e a categoria intelectual</b> .....	17
1.2	<b>O fetiche intelectual em Lima Barreto</b> .....	22
2	<b>CRÔNICA E O ESPAÇO DO INTELECTUAL</b> .....	28
2.1	<b>A derrotada da inteligência na crônica barretiana</b> .....	35
3	<b>AS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO: ANÁLISE</b> .....	37
3.1	<b>São Paulo e os estrangeiros [I] e [II]</b> .....	38
3.2	<b>As escoras sabichonas</b> .....	44
3.3	<b>Bendito football</b> .....	51
3.4	<b>O futurismo</b> .....	58
3.5	<b>Figurações da intelectualidade</b> .....	63
4	<b>LIMA BARRETO: UMA VOZ SOB TENSÃO</b> .....	67
4.1	<b>O intelectual tradicional</b> .....	69
4.2	<b>O intelectual suburbano</b> .....	74
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	80
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	82

## INTRODUÇÃO

Dentro de um universo de escritores brasileiros em que a literatura contemporânea parece ser a preferência de pesquisadores e a literatura do passado tende a perder espaço nos estudos acadêmicos, este trabalho vai optar pela literatura do passado, por acreditar que ela não está encerrada e tem, ainda, a contribuir em nossa literatura.

Optar pela literatura do passado requer recortes no vasto campo literário nacional. Desta forma, o presente estudo vai se debruçar sobre a figura singular de Lima Barreto, trazendo a temática do intelectual para esta pesquisa. O estudo visa abordar as figurações da intelectualidade brasileira representada nas crônicas de Lima Barreto.

Dentro do objetivo de analisar as figurações da intelectualidade brasileira, busca-se compreender a própria figura de Lima Barreto como um intelectual reconhecido em seu tempo, porém preterido por motivos que não são de ordem literária, mas social, de estética e, porque não dizer, racial.

Este estudo começará fazendo menção à teoria sobre o intelectual do filósofo italiano Antonio Gramsci, entretanto não seguirá na linha de qualificar Lima Barreto como intelectual orgânico por entender que este se encontra distante de qualquer subcategoria do intelectual de Gramsci. Nossa hipótese inicial é a de que Lima Barreto não foi um intelectual tradicional, mesmo desejando participar de tal grupo; e nem foi um intelectual orgânico, pois não se portou como defensor ou porta-voz de alguma classe social.

O estudo se encontra, também, sob influxos teóricos de R. J. Oakley no que diz respeito ao ideal de arte e intelectual perseguido por Lima Barreto, demonstrando que a idealização do escritor é utópica, mas militante. Daí compreendermos Lima Barreto como um intelectual de resistência.

A crítica literária sobre Lima Barreto tem-lhe algumas vezes atribuído um lugar de intelectual, porém engajado com lutas de classes sociais, tal qual a teoria dos intelectuais orgânicos de Gramsci. Noutro segmento, este mais contemporâneo, Lima Barreto é tratado como escritor de escrita negra. Até que ponto o escritor era uma voz das classes subalternas ou uma voz negra na escrita? Ou será que estes segmentos não estão contidos numa ideia, pensamento, mais amplo de Lima Barreto? Nossa hipótese é a de que Lima Barreto não se mostra militante de alguma classe social: sua militância é pelo seu ideal de arte.

Para abordar a militância a favor do seu ideal de arte – na qual se encontra a função do intelectual – escolheremos o gênero crônica. Eis alguns motivos para escolha do gênero: ela comporta uma variedade de temáticas, linguagem simples, debruça-se sobre os fatos e o cotidiano, mantém relação mais próxima entre autor e leitor, misto de jornalismo e literatura, entre outras coisas. Todas essas características da crônica favorecem para que possamos trabalhar a idealização que Lima Barreto faz da arte, bem como sua crítica aos intelectuais contemporâneos do seu tempo que não se enquadravam na função sociológica defendida pelo escritor carioca.

O presente estudo está dividido em cinco capítulos dispostos da seguinte maneira: primeiro capítulo “A categoria intelectual”; o segundo “A crônica e o espaço do intelectual”; o terceiro “As crônicas de Lima Barreto: análise”; o quarto “Lima Barreto: uma voz sob tensão”, para chegarmos à conclusão.

O primeiro capítulo “A categoria intelectual” constitui, num primeiro momento, uma revisão de literatura, abordando o pensamento sobre o intelectual elaborado por Gramsci e um estudo sobre a significação do vocábulo “intelectual” nos dicionários da época de Lima Barreto. Num segundo momento trata-se de demonstrar a relação que Lima Barreto tinha com os intelectuais da sua época e, por último, o fetiche intelectual observado por Lima Barreto.

O segundo capítulo vai se deter sobre a definição de crônica, e para tal foram usados os estudos de Antônio Candido e Jorge de Sá sobre o assunto, bem como, uma pesquisa sobre o vocábulo nos dicionários da época de Lima Barreto. E num segundo momento trata da derrota da inteligência na crônica barretiana a partir dos estudos de R. J. Oakley.

O terceiro capítulo analisa um total de quatro crônicas de Lima Barreto, dispostas em ordem cronológica e escolhidas pela sua importância em tratar do intelectual e sua função na política, imprensa e literatura.

O quarto capítulo aborda Lima Barreto como intelectual que não se encontra nas subcategorias de Gramsci, mas sob tensão, “entre mundos”. Neste capítulo procura-se apontar que Lima Barreto não foi, propriamente, engajado em lutas de classes sociais ou voz do subúrbio, bem como não renegou o desejo de participar da elite republicana por meio da literatura. E por último temos a conclusão em que faremos fechamento da nossa pesquisa.

Trabalhar Lima Barreto é mergulhar num mundo desconhecido, pois o autor nos surpreende a cada leitura, mas isto é gratificante no sentido de que este estudo constitui-se de esforço, pesquisa e paixão pela obra e figura de Lima Barreto.

## 1 A CATEGORIA INTELECTUAL

É possível falar em uma categoria chamada de “intelectual”? No mundo contemporâneo parece que tal categoria se misturou aos demais grupos, ou pelo menos, já não tem tanto prestígio, distinção, na sociedade. Fato é que hoje são raros os homens que tomam para si o adjetivo de *intelectual*; ele, o adjetivo, se tornou um fardo, quem toma para si tal adjetivação pode sofrer severas críticas, seja na obra ou na vida pessoal. Mas o que não mudou é a associação que comumente se faz a tal categoria, do ponto de vista social, do lugar na sociedade e da educação, ou seja, os homens do poder sempre tiveram sua imagem de algum modo associada à categoria dos intelectuais. Neste sentido é possível afirmar que há uma categoria intelectual, porém ela existe no ambiente social.

O filósofo italiano Antonio Gramsci, amplia o conceito de intelectual: tal conceito não fica restrito somente a um grupo elitizado, mas torna-se possível ampliá-lo às demais camadas sociais. O que Gramsci faz é extrair de cada grupo da escala social os seus intelectuais, desta forma ele cria subcategorias onde estes intelectuais desempenhariam funções de liderança e em prol do grupo.

Gramsci parte deste princípio para fundamentar sua tese do intelectual orgânico, seu questionamento é se os intelectuais são um grupo social autônomo ou se cada grupo social possui seus intelectuais especializados (GRAMSCI, 1982, p.3). Para o filósofo italiano todo homem é intelectual, pois todos fazem o uso do pensamento em suas ações, sejam elas físicas ou exclusivas do pensamento. Note-se que Gramsci faz uma crítica ao conceito de intelectual que privilegia os homens que trabalham somente com o pensamento, homens estes que ele coloca no grupo de intelectuais tradicionais e que, segundo Gramsci, requerem para si o título de “verdadeiros intelectuais”. Este tipo de intelectual tradicional reside entre os literatos, filósofos e artistas (GRAMSCI, 1982, p. 8). Por isto seu questionamento se estes homens constituem “os intelectuais” ou constituem somente um grupo social com intelectuais especializados.

Para Gramsci o conceito de intelectual é amplo a todos os homens, portanto todos seriam iguais no conceito, mas diferenciando-se nas suas especializações; não haveria privilégios de um grupo sobre o outro. Cada grupo social teria seus próprios intelectuais ou líderes que teriam como papel representar seu grupo perante os demais no que tratar da defesa de interesses políticos e sociais. Se por um lado Gramsci nos dá um novo conceito para

intelectual, e que muito nos servirá para tratar de Lima Barreto, por outro ele se aproxima de uma luta de classes e encerra o intelectual neste ambiente social de debate entre capitalismo e socialismo, coisa de que pretendemos aqui distanciar Lima Barreto, pois o escritor não nos parece engajado em lutas de classes sociais.

É necessário entender a época de Gramsci para compreender sua crítica aos intelectuais: é uma época de choques, não só entre classes, mas entre teorias sobre a constituição da sociedade. Há um desenvolvimento do socialismo intelectual numa clara divisão da categoria intelectual: de um lado teria ficado o intelectual tradicional, permanecendo ainda na tradição de se colocar como porta-voz do outro. Esse tipo de intelectual é um subtipo do tradicional, pertence à mesma classe social e está engajado com seus interesses pessoais. Para Gramsci o novo tipo de intelectual é proveniente do trabalho técnico, industrial, bem como este trabalho é a sua base de formação intelectual. Note-se que sua ideia de “novo” intelectual está restrita ao ambiente de trabalho, na luta de classes entre trabalhador e empregador, entre estrutura e superestrutura. Este recorte resultará numa filosofia de esquerda em que a função do novo intelectual seria ser porta-voz da sua própria classe, assumir um papel antes exercido pelo intelectual tradicional. Mas, de fato, era o trabalhador braçal que assumia essa responsabilidade ou um grupo de intelectuais teóricos que manipulavam a classe trabalhadora dando-lhe a aparência de autonomia de classe?

O intelectual orgânico seria o homem que defende a classe de onde é oriundo. De certo modo, também se poderia dizer que não existiriam intelectuais tradicionais, todos seriam orgânicos, pois todo intelectual, tem como objetivo de luta a defesa do seu grupo social, político, econômico; entretanto, Gramsci, talvez para ressaltar o conflito de classes, deixa bem clara a distinção entre intelectuais tradicionais – literatos, filósofos, políticos e artistas – e orgânicos, conjunto de intelectuais especializados de acordo com sua classe trabalhadora.

Gramsci afirma que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 1982, p. 6). O filósofo italiano defende que todos os homens são intelectuais porque qualquer manifestação humana, seja o trabalho braçal ou não, faz o uso do pensamento; este uso seria suficiente para defini-lo como intelectual.

Quando Gramsci ressalta que nem todos os homens desempenham a função de intelectuais na sociedade, ele parece se afastar de um conceito universal de intelectual, restrito ao pensamento, para chegar a um conceito especializado do que é ser intelectual. Portanto, para ser intelectual era necessário desempenhar uma função na sociedade, não bastava pertencer a um grupo tradicional, como dos escritores e filósofos. Mas que função seria essa?

Segundo Gramsci as funções são variadas de acordo com cada grupo e pessoa. Entretanto, a função do intelectual deve-se nortear pelo bem comum do grupo e da sociedade.

Desempenhar o papel de intelectual na sociedade exige, para Gramsci, um exercício de função de ordem sociológica, é neste ponto que é possível definir o intelectual enquanto categoria, bem como é neste ponto que se realiza o vínculo com Lima Barreto. O escritor carioca foi um intelectual em seu tempo, sobretudo, porque realizou a função de ordem sociológica defendida, posteriormente, por Gramsci, entretanto, Lima Barreto não será um intelectual tradicional e nem orgânico. O intelectual da época de Lima Barreto muitas vezes não estava engajado em desempenhar qualquer função social em benefício da sociedade como um todo, seu interesse era em prol do próprio grupo, o que reforça a tese de Gramsci de que todo intelectual seria, em última instância, orgânico. Por sua vez, Lima Barreto não foi porta-voz de um grupo ou de grupos minoritários. Mesmo não sendo um intelectual tradicional, transitava livremente e até conquistou prestígio nesses grupos; analogamente, ainda que não tenha sido um militante dos marginalizados, vivia entre eles, retratou-os na sua escrita. Portanto, Lima Barreto foi um intelectual que teve participação dentro de grupos sociais, mas o seu diferencial é que ele foi um intelectual que fez da sua arte uma ferramenta a serviço da humanidade, por este motivo ele não poderia ser enquadrado como intelectual tradicional, nem orgânico, já que nenhuma dessas subcategorias é suficiente para abranger sua atuação.

Numa pesquisa do termo *intelectual* nos dicionários da época de Lima Barreto veremos que, pela acepção do termo em sua época, Lima Barreto também é considerado um intelectual. O vocábulo *intelectual* provém do Latim *intellectualis*, relativo à inteligência, e possivelmente, de acordo com pesquisa no banco de dados da Biblioteca Nacional, data do século XIV ou XV (HOUAISS, 2001, p.1630). A evolução nos dicionários é lenta, somente já quase no final do século XIX com a noção de *intelligentsia* é que o termo intelectual passará a se referir a uma classe artística, social e política.

Para chegarmos à definição de intelectual na época de Lima Barreto é necessário começarmos nosso estudo antes da República Velha, para assim entender melhor a evolução e mudanças que o vocábulo sofreu até a época de Lima Barreto. O verbete *intelectual* no século XVIII tinha uma significação bem mais humanística, era como se todo homem fosse por natureza um animal intelectual, não há referência a um grupo ou objeto como detentor daquela característica, mas uma explicação do termo que surge como qualidade inerente a qualquer homem, independente de suas peculiaridades sociais. Podemos perceber isso no

dicionário de Raphael Bluteau<sup>1</sup>, importante clérigo francês que muito contribuiu para a literatura portuguesa, em que o vocábulo aparece como adjetivo: “Intelectual – Do entendimento, ou concernente ao entendimento. Virtude intelectual. Alma intelectual, dotada de entendimento.”

No dicionário de Bluteau, o adjetivo é mais universal, não se refere a alguma categoria particular: a posse do entendimento já qualifica o indivíduo como intelectual, e no século XVIII o termo não tinha o sentido de grupo como missão de informar ou formar outros grupos. Se o século XVIII, em que as divisões de classes sociais eram mais visíveis, não dava voz aos marginalizados, sendo o adjetivo *intelectual* ainda uma qualidade restrita aos escritores, cientistas e políticos, por outro lado o termo é mais universal no sentido de não assinalar que estes homens deveriam ter algum objetivo de formar e informar as classes subalternas.

Somente com a era moderna é que surgiu uma nova forma de *individualismo*, antes “o status, a classificação e a posição de uma pessoa na grande cadeia do ser – a ordem secular e divina das coisas – predominavam sobre qualquer sentimento de que a pessoa fosse um indivíduo soberano.” (HALL, 2006, p.25). Isto contribuía para a ausência de manifestações intelectuais engajadas com as temáticas sociais, e poderia ser associado aos sentidos atribuídos a *intelectual* no dicionário de Raphael Bluteau, pois, entre eles está o de que intelectual refere-se ou é concernente ao entendimento, e, se não há uma limitação a este entendimento, ou se possuir entendimento poderia ser uma qualidade de todo homem, todavia também se poderia questionar se é possível uma generalização dessa natureza, antes de se consolidar o individualismo em suas diversas facetas pós-iluministas.

Já no final do século XIX a definição que Candido Figueiredo<sup>2</sup> dá para *intelectual*, em 1899, é muito vaga e generalizada visto que o autor relaciona o termo “às pessoas que tem dotes de intelectuais”. Ora, se é possível dizer que dotes de intelectuais todo homem tem, talvez fosse importante assinalar os níveis diferentes desse dote. Uma observação mais aprofundada de *dote*, na significação de qualidade intelectual, já restringiria o número de pessoas que possuem essa qualidade, e permitiria inferir algumas suposições sobre tal dote, se é natural ao indivíduo ou é uma questão de classe social.

Se levarmos em consideração que o nível de analfabetismo durante a República Velha era de 65% da população – também é importante considerar que a população quase duplicou

<sup>1</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. 8 vol. Coimbra, 1712-1728. Disponível na Internet via <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>.

<sup>2</sup> FIGUEIREDO, Candido de. *Dicionário da língua portuguesa*. vol I. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.



nas duas primeiras décadas do século XX, não havendo diminuição nas taxas de analfabetos – consequentemente, as estatísticas mostram uma política de conservação do analfabetismo (SOUZA:1999). Podemos entender assim, por *dotes de intelectuais*, referência de Figueiredo (1899) a uma parte da população mais privilegiada, portanto também *intelectual*, já que era uma minoria que tinha acesso à educação.

No início do século XX, é preciso ter requisitos para ser intelectual, há de se pertencer a uma camada privilegiada, não basta somente ter vasto conhecimento de cultura para ter voz como intelectual, essa qualidade, que é de ordem social, ainda fica restrita. Em 1899 a intelectualidade no Brasil é uma realidade com grupos elitizados. Até este momento Lima Barreto é somente um estudante da Politécnica, o que denota o escritor se encaminhando para um dos grupos sociais intelectuais dominantes: os “doutores”.

Um pouco mais adiante, novamente com Candido Figueiredo, precisamente em 1913, em novo dicionário da língua portuguesa, já de acordo com a mudança na ortografia feita por Portugal em 1911, o verbete *intelectual* se altera. Vejamos como é definido *intelectual* por Figueiredo em 1913<sup>3</sup>: “Relativo ao intelecto. Que tem inteligência culta; as classes intelectuais. Que tem dotes de inteligência. (Lat. Intellectualis).”

A fim de compreender o que as classes intelectuais nomeadas por Figueiredo seguiam é preciso observar a inconstância social e política que compreende a República Velha (1889-1930). Este período é marcado profundamente por diversas revoltas locais espalhadas pelo Brasil afora que lutavam contra o sistema oligárquico que se intensificara com a República. Outrora esse sistema era encabeçado pelo Imperador, que legalmente podia conceder títulos de propriedade rural; nos grandes centros urbanos as reivindicações sociais também se intensificavam e já não era mais possível que escritores sentissem com *frieza e distanciamento* a realidade que o novo regime trouxera (LEITÃO, 2006, p.41). Em meio a tudo isso os intelectuais se manifestavam com propósitos bem claros como nos mostra Sevcenko:

Os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas como ele se prometia. A palavra de ordem da geração de 1870 era condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. (SEVCENKO, 1985, p. 78).

Não podemos ser ingênuos e afirmar que não há função social nos intelectuais da *Belle Époque*, porém há uma cegueira social na defesa da República e de suas “grandes reformas”,

<sup>3</sup> FIGUEIREDO, Candido de. *Dicionário da língua portuguesa*. vol I. Lisboa: Editora de A.M. Teixeira, 1913. Publicado originalmente em 10 de março de 1899, depois em 1913 de acordo com a nova ortografia de 1911.

há o esquecimento dos marginalizados, dos campos que sofriam com a política oligárquica, do subúrbio, da política elitista que tanto os republicanos criticaram no Império e que então se faz com os “coronéis” e a política do café com leite.

Neste sentido uma linguagem irônica não caberia mais, não atenderia aos propósitos de desmascarar os estereótipos culturais, por isso a linguagem forte, satírica de Lima Barreto como forma de crítica social e de olhar expressivo sobre a natureza, colocando em xeque a exuberância que fica distante da realidade dos subúrbios. Lima Barreto, pela acepção do termo no dicionário de Figueiredo (1913) em que ser intelectual é ter dote de inteligência, é um intelectual engajado com o social que não sentiu com *frieza e distanciamento* a realidade republicana. Em contrapartida, mesmo em face das revoltas sociais espalhadas pelo país, os intelectuais de sua época continuaram dando prosseguimento ao projeto de identidade nacional visto pelo olhar estrangeiro, colocando alguns tópicos vistos como urgentes para a realidade brasileira, como nos aponta Sevcenko:

A atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. (SEVCENKO, 1985, p. 79).

A modernização propagada pelos republicanos e os intelectuais da *Belle Époque* se faz pelo Estado oligárquico que será a base para a indústria e a hegemonia das classes dominantes, e sufocará as revoltas como de Canudos (1893-1897), Contestado (1912-1916) e de Salvador (1912).

Que Lima Barreto foi um intelectual, tanto pela acepção do termo em sua época, pela filosofia gramsciana do intelectual quanto pela função que desempenhou na sociedade, disto não há dúvidas. Reconhecido como intelectual também foi, mesmo tendo sido preterido. O que Lima Barreto tem de diferente é seu pensamento, que não condiz com a intelectualidade da época, Lima defendia uma arte de cunho social e, portanto, contemporânea. Acrescente-se a isso que, desempenhando a função de intelectual, sua causa era maior, pois ele lutava pelo benefício do bem comum, da humanidade, não ficando restrito a grupos sociais.

## 1.1 Lima Barreto e a categoria intelectual

Uma teoria bastante difundida pela fortuna crítica de Lima Barreto, sobretudo Francisco de Assis Barbosa e Beatriz Resende, é a de que Lima não gozava de prestígio intelectual na sociedade da *Belle Époque*. Tanto Resende como Barbosa nos mostram um escritor mulato, pobre, de subúrbio e rejeitado pelos seus contemporâneos, porém até que ponto isto é válido? Será se Lima Barreto era um “maldito” entre os seus contemporâneos? Será que ele foi mesmo rejeitado e esquecido pela crítica?

Lima Barreto exaspera críticas a alguns inimigos literários como, por exemplo, Coelho Neto, João do Rio ou Machado de Assis, mas, verdade seja dita, não há discussão literária entre esses escritores. Essa crítica parte de Lima Barreto como forma de resistência do seu ideal de arte: a arte deve servir ao pensamento de interesse humano. Com isto fica claro que o escritor discordava daquilo que seria a arte na qual o compromisso com a estética vinha em primeiro plano e era sinônimo de beleza. Entretanto, isto não é fator decisivo para apontarmos Lima Barreto como escritor que foi renegado pela crítica do seu tempo.

É verdade que Lima Barreto provou o gosto amargo da crítica e foi visto como escritor desregrado em sua forma estética, e a sua condição social e o lugar que ocupava na sociedade – amanuense e morador do subúrbio – também colaboraram para que a crítica fosse severa para os padrões de beleza artística da época, assim como, também, a ausência da crítica amargurava o escritor. Mas este quadro não, necessariamente, nos mostra um escritor que foi esquecido da crítica.

A primeira crítica que Lima Barreto sofreu veio de um dos críticos mais conceituados do século XX, José Veríssimo no *Jornal do Commercio*, em 1907, ano de lançamento da Revista Floreal, revista literária pensada e editada por um jovem Lima Barreto que encontrara uma forma de divulgar as primeiras letras do seu romance *Isaias Caminha* na esperança de ser editado e conseguir a tão sonhada glória intelectual. A crítica, mesmo pequena e sem pormenores a respeito da escrita de Lima Barreto, é um documento importante e indício da relação que o escritor tinha com a crítica e os intelectuais, bem como já nos aponta para repensar a ideia de Lima Barreto como escritor renegado pela crítica.

A *Floreal*, que marca a estreia de Lima Barreto nas letras, surge num movimento de miscelânea literária composto de intelectuais engajados com a escrita social, como Fábio Luz

e Eliseu de Carvalho; por intelectuais nefelíbatas<sup>4</sup> como Alphonsus de Guimarães e Gustavo Santiago e os intelectuais frequentadores da Livraria Garnier e imortais da Academia como o próprio José Veríssimo e Medeiros e Albuquerque. Nem de longe *Floreal* foi um sucesso de crítica, e desapareceu logo no quarto número já no início de 1908, porém, antes, rendeu a crítica positiva de José Veríssimo à iniciativa da Revista e às primeiras letras do romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* de Lima Barreto.

Ai de mim, se fosse a 'revistar' aqui quanta revistinha que por aí aparece com presunção literária, artística ou científica (...) abro uma justa exceção, que não desejo fique como precedente, para uma magra brochurazinha que, com o nome esperançoso de Floreal, veio ultimamente a público, e onde li (...) o começo de uma novela, Recordações do Escrivão Isaías Caminha, pelo senhor Lima Barreto, nos quais creio descobrir alguma coisa. E escritos com uma simplicidade e sobriedade, e já tal qual sentimento de estilo que corroboram essa impressão. (VERÍSSIMO, 1907, *JC*, p. 01).

Essa foi a primeira crítica positiva de José Veríssimo à escrita de Lima Barreto, mesmo simples e curta ela aponta para um caminho: o escritor estava entrando no círculo dos intelectuais, pois não só despertara a atenção de um dos maiores críticos do seu tempo, como também a desconfiança de que sua escrita teria algo de diferente a dizer. Mais tarde, quando Lima Barreto lançou seu livro ele enviou uma cópia ao próprio José Veríssimo que, como crítico que se preze, fez seus apontamentos por meio de carta. Nela Veríssimo faz elogio ao talento do escritor e afirma ter tido uma excelente impressão do livro, porém chama a atenção do escritor no que concerne à caricatura e ao personalismo que o romance faz quando versa sobre a vida jornalística e literária de seu tempo.

Há nele, porém, um defeito grave, julgo-o ao menos, e para o qual chamo a sua atenção, o seu excessivo personalismo. É pessoalíssimo, e, o que é pior, sente-se demais que o é. Perdoe-me o pedantismo, mas a arte, a arte que o senhor tem capacidades para fazer, é representação, é síntese, é, mesmo realista, idealização. Não há um só fato literário que me desminta. A cópia, a reprodução, mais ou menos caricatural, mas que não se chega a fazer síntese de tipos, situações, estados d'alma, a fotografia literária da vida, pode agradar à malícia dos contemporâneos que põem um nome sobre cada pseudônimo, mas escapando à posteridade, não a interessando, fazem efêmero e ocasional o valor das obras. (VERÍSSIMO, 1956, p. 204).

Lima Barreto também recebera crítica de Medeiros e Albuquerque, do jornal *A Notícia*, a respeito do mesmo romance, essa mais incisiva e nada positiva: “*mau romance*,

---

<sup>4</sup> Termo que Francisco de Assis Barbosa usa para se referir aos simbolistas (nefelíbatas). Aos intelectuais socialistas o crítico utiliza o termo “libertários” numa clara ironia em relação a este grupo que, segundo o crítico, nada acrescentou à vida literária nacional dos anos iniciais do século XX, porém reconhece, de forma paradoxal, que isto contribuiu para uma participação mais ativa dos nossos escritores em questões políticas. V. *A vida de Lima Barreto*. pp. 169-179.

*porque é da arte inferior dos romans à clé*<sup>5</sup>. O que podemos perceber é que Lima Barreto era notado pela crítica do seu tempo, mas não participava deste grupo de intelectuais frequentadores da Livraria Garnier, o que não quer dizer que não fosse desejo do escritor participar efetivamente de tal grupo. Este desejo é latente no escritor, tanto que ele se candidata três vezes a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, sem sucesso. Por outro lado não é possível que Lima Barreto fosse um intelectual socialista, mesmo defendendo o papel social do escritor, característica que surge mais forte e direta nas crônicas. A sua escrita social não se prestava a ser porta-voz de uma comunidade social ou literária, nem representação de uma classe, ao contrário, era de resistência na sua concepção de arte, que é inevitavelmente de ordem social, mas não socialista.

Segundo Sonia Brayner, Lima Barreto, que forma sua concepção estética sob influxos de Taine, Brunetière, Tolstói e Jean-Marie Guyau, tem na sua narrativa a presença humana como ponto de concentração para tratar da angústia que o aflige em razão do universo misterioso do homem e de tudo ao seu redor. Brayner, ainda, afirma que para Lima Barreto o “conhecimento do homem em suas complexas relações, no dia a dia do seu trabalho e esforço, deve ser a meta do artista” (BRAYNER, 1979, p.149). Portanto, Lima Barreto exerce um trabalho de observação e não de porta-voz de um grupo ou classe social, ele não é o intelectual orgânico de Gramsci, é o intelectual dissonante, intelectual de resistência, resistência da sua concepção de arte, que para ele deve conter o “pensamento de interesse humano”<sup>6</sup>.

Lima Barreto também trocara cartas com escritores em início de carreira que lhe enviavam seus romances e poesias a fim de obterem a crítica do escritor. Este fato reforça a ideia aqui defendida de que Lima Barreto gozava de prestígio intelectual na *Belle Époque*. Talvez a escrita dissonante, seja na gramática e no revestimento de sinceridade que o autor concedia, atraísse admiradores do Brasil todo, sobretudo jovens. Lima Barreto nos parece que se tornara a voz que os jovens queriam nas letras; de linguagem leve, sem o peso de gramatiquice e com uma temática social ele se tornara um intelectual admirado por jovens como Austregésilo de Ataíde, que numa carta aberta, publicada no jornal *A Tribuna* em 1921, confessou que teve seu primeiro contato com Lima Barreto quando seminarista em Fortaleza, quando tinha apenas quatorze anos.

---

<sup>5</sup> BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Correspondência, ativa e passiva. 1º tomo*. v. XVI. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 197.

<sup>6</sup> Lima Barreto. V. *Impressões de Leitura*. v. XII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p. 51.

É uma longa e apaixonante carta de discípulo que defende seu mestre das comparações feitas com Machado de Assis. Nesta carta, Austregésilo de Ataíde analisando a maneira como Machado de Assis nos apresenta o drama humano, sem desconsiderar a grandeza de Machado, porém deixando bem claro a diferença entre os dois escritores, e exaltando Lima Barreto, nos diz o seguinte:

Quando se analisa, tem-se a impressão do artificial, tal é a perfeição e a lógica com que eles se apresentam. A vida é alguma coisa de mais desordenado, de menos matemático, cheia de imprevistos, em que as situações modificam os temperamentos, revolvem os caracteres, alteram as feições individuais, por mais definitivas que elas pareçam. O menino nem sempre denuncia o homem, este quase nunca é um desenvolvimento lógico daquele. Isto porque, no mundo moral, afora as tendências mórbidas drenadas no sangue de diversas gerações, o que predomina é o 'momento'. É o estado psicológico 'atual', que a sabedoria popular consagrou no aforismo 'a ocasião faz o ladrão'. É no que em você, meu prezado mestre, difere, com superioridade do Machado grandioso. As suas criações trazem todas as lacunas da sua vida, refletem a sua personalidade. Os seus tipos são variáveis, incertos, humanos, ilógicos, e traduzem, com perfeição, o caleidoscópio da existência, rebelde a leis, insubmissa a traçados, indo e vindo à mercê dos fatos, como estes galos de torre de igreja, móveis com o sopro dos ventos de todas as direções. (AUSTREGÉSILO DE ATAÍDE, 1921, *AT*, p. 01).

Essa carta é data de 1921, portanto um ano antes da morte de Lima Barreto. Austregésilo de Ataíde tem Lima como seu mestre e isto traduz, em certa instância, o pensamento de uma geração de jovens candidatos a escritores e críticos literários que tinham Lima Barreto como intelectual engajado com o social, e não preso ao resgate do clássico nas letras.

Embora visto como escritor social, Lima Barreto não era propriamente um intelectual de causas socialistas, pois sua escrita passava primordialmente pelo interesse humano e pela observação, sobretudo por meio da crônica, do cenário político e literário da República Velha, e essa característica, à primeira vista, faz com que o tomem como um intelectual orgânico defensor do subúrbio e da gente pobre do entorno do centro.

Entretanto, Lima Barreto tem uma relação de amor e ódio com o subúrbio, não aceita viver na periferia, porém, devido às circunstâncias financeiras, é obrigado a morar no bairro suburbano de Todos os Santos. Por mais que fosse querido pelos moradores, como está registrado no artigo "A Morte do Mestre", publicado n' *O País*, de 20-11-1922<sup>7</sup>, por ocasião da morte do escritor, Lima Barreto não era um intelectual para o subúrbio, talvez fosse somente o bom amigo das tabernas, e isto ele sentia e sabia. Aliás, todos sabiam como registra

---

<sup>7</sup> O artigo é de Enéias Ferraz, jovem escritor e discípulo de Lima Barreto. No referido artigo selecionamos um trecho em que Ferraz descreve o sentimento do povo para com o escritor: "Eram pretos em mangas de camisa, rapazes estudantes, um bando de crianças da vizinhança (muitos eram afilhados do escritor), comerciantes do bairro, carregadores em tamancos, empregados da estrada, botequineiros e até borrachos, com o rosto lavado em lágrimas, berrando com o sentimentalismo assustado das crianças, o nome do companheiro de vício e de tantas horas silenciosas, vividas à mesa de todas as tabernas..."

Enéias Ferraz no final do seu artigo: “Não importa que muitos daqueles que se acercavam do túmulo, ignorassem que a terra estava a cobrir um dos maiores romancistas que o Brasil tem tido”<sup>8</sup>.

O viés do social em Lima Barreto lhe rendeu uma atribuição que ele propriamente nunca desejou, nem teve como seu objetivo alcançar: ser o porta-voz do subúrbio e dos marginalizados, e por assim dizer, de causas socialistas. A escrita jornalística, seja nos romances, nos contos ou nas crônicas, também contribuiu para essa visão de intelectual orgânico em Lima Barreto. Entretanto, o escritor estava engajado era com a Arte, e como tal o social não pode ser excedente na arte, deve ser parte, pois ela, a arte, é para Lima Barreto uma forma de constituir a humanidade, de unir os homens.

Essa atribuição a Lima Barreto de intelectual social parece ter surgido no final dos anos de 1940, logo após o seu maior biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, ter resgatado sua obra e se tornar referência para quem quisesse tratar do escritor. É o que indicam as palavras de Ventura de Çá em carta publicada no *Jornal de Letras* de 1949. A referida carta é endereçada a Lima Barreto morto, e o remetente dá notícias da política, da literatura e da recepção de sua obra.

“É claro que você não iria responsabilizá-lo<sup>9</sup> pela indisfarçável tendência de alguns literatos interessados em apontar o criador de ‘Isaías Caminha’ como um precursor no Brasil da literatura de esquerda. Vá lá que isso acontecesse com o Dadá Sabugueira, por exemplo, que embora não seja um homem de letras é, todavia, um cartaz, sujo, é verdade, mas que ainda consegue engabelar muita gente. Ao Chico<sup>10</sup>, porém não cabe grande culpa, segundo me parece.” (ÇÁ, 1949, *JL*, p. 14).

Não tomemos Lima Barreto como um intelectual orgânico de Gramsci, pois assim limitaríamos a sua escrita como sendo social, porta-voz de classe e de esquerda. Ela é mais que isso, sua escrita é pela Arte, a arte como o melhor meio de comunicação que concorre para a evolução intelectual, individual e coletiva: “A arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e ideias, sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie; assim trabalhando, concorre, portanto, para o seu acréscimo de inteligência e de felicidade.”<sup>11</sup> Se assim tomarmos Lima Barreto estaremos nos aproximando do intelectual que não é tradicional, mas que vive sob tensão.

<sup>8</sup> ENÉIAS FERRAZ. “A morte do mestre”. *O País*. Rio de Janeiro, publicado em 20 de novembro de 1922.

<sup>9</sup> Referência a Francisco de Assis Barbosa.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> LIMA BARRETO, Afonso H. de. “O destino da Literatura”. In: BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). *Impressões de Leitura*. v. XIII. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, p.67.

## 1.2 O fetiche intelectual

Lima Barreto vai defender que é preciso cultivar um verdadeiro amor pelo conhecimento e livros (Oakley, 2011); portanto, criar laços com o conhecimento de forma verdadeira é dever do intelectual. Quando não há esse tipo de compromisso autêntico surge uma relação de ilusão com o conhecimento, que é suficiente para assegurar, perante a sociedade, o *status* de intelectual. Isso só é possível porque essa sociedade também estaria nessa ilusão com o conhecimento.

A questão do “doutor” é um exemplo, na República Velha, desta falta de compromisso com o conhecimento. Possuir formação acadêmica, ser “doutor”, já qualifica o detentor do título como intelectual, entretanto, como nos mostra Lima Barreto, a busca pelo título não visa o conhecimento, isto é secundário. A necessidade do título doutoral é uma forma de valorização do *status* social e de fomentação das políticas de favorecimento dentro da República Velha.

Machado de Assis trata do mesmo assunto em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, porém de forma irônica ressaltando a maneira como se obtinha o título doutoral. Retrata, ainda, a essência vazia de conhecimento no capítulo “bacharelo-me” em que Brás Cubas recebe o diploma de bacharel em Direito e o mesmo reconhece que só o fez para agradar a família e assegurar a manutenção de *status* que sua classe social exigia como forma de reconhecimento em sociedade. Em Lima Barreto já não há espaço para uma crítica velada, há a satirização dessas personagens da República que são rebaixadas pelo o autor no que concerne ao homem intelectual.

No que diz respeito à formação universitária do intelectual, segundo Ghiraldelli Júnior (2008), o advento do ensino superior no Brasil vem do Império, pelo menos juridicamente falando, e tem suas raízes até mesmo no Brasil colonial quando D. João III manda para cá os primeiros jesuítas. Ghiraldelli Júnior (2008) afirma que se juridicamente no Brasil Império havia cursos de ensino superior, na prática não havia universidades, o que se tinha eram disciplinas, de ordem jurídica, dentro de tais cursos de ensino superior. Isso nos mostra um ensino elitista que excluía a maior parte daquela sociedade.

Se antes, no Império, os cursos superiores formavam profissionais como médicos engenheiros ou bacharéis destinados a exercerem suas profissões, depois, na República, com



as universidades, ter um título acadêmico se tornou mais importante que propriamente a formação. A República potencializou as divergências sociais e nos seus anos iniciais o que se viu foi um festival de homens que se formavam na universidade somente para exercer ou “ganhar” um cargo público e/ou político, e não interessados em desenvolverem suas profissões. Em outras palavras, o homem republicano usava o ensino superior mais como meio de ascensão política do que formação profissional. Por isso essas palavras de Lima Barreto sobre o ensino superior em sua crônica *As Reformas e os “Doutores”*, de 1921:

O nosso ensino superior, que é o mais desmoralizado dos nossos ramos de ensino; que se impregnou, com o tempo, de um espírito de serviçal da burguesia rica ou dos potentados políticos e administrativos, fazendo sábios e, agora, privilegiados, seus filhos e parentes – o nosso ensino superior, com as suas escolas e faculdades, não é mais destinado a formar técnicos de certas e determinadas profissões de que a sociedade tem “precisão”. Os seus estabelecimentos são verdadeiras oficinas de enobrecimento, para dar títulos, pergaminhos, – como o povo chama os seus diplomas, o que lhes vai a calhar – aos bem nascidos ou pela fortuna ou pela posição dos pais. (LIMA BARRETO, 1956, vol. X, p. 236).

Ao contrário do que se possa pensar, Lima Barreto não enxergava no Império a perfeição ou a morada ideal dos intelectuais, ele reconhecia a herança recebida do Império na República, herança de desigualdades, e sua maior crítica à República é justamente por ela não ter feito nada para mudar tal situação – ao contrário, só teria intensificado os problemas e aumentado a desigualdade entre centro e periferia. Esse é seu maior desgosto com a República, os homens se perderam e passaram a viver como *espectros* e, conseqüentemente, também o intelectual na República mudou, o intelectual republicano está longe daquele idealizado por Lima Barreto.

Lima Barreto nos pinta o quadro problemático do ensino superior de sua época, de sua incapacidade de formar homens que saibam de alguma ciência, de sua finalidade política e das leis que cercam e garantem aos “doutores” cargos “que muito remotamente ou nenhuma relação têm com as habilidades que o diploma lhes confere.” (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.236). Todo esse quadro observado por Lima Barreto o leva a uma visão desanimadora sobre o ensino superior e, principalmente, sobre a consciência do povo: “todos estão convencidos de que ele [ensino superior] não vale nada; mas todos respeitam bestamente os títulos que ele dá.” (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.237).

A questão do título acadêmico não fica como pré-requisito restrito à máquina do governo em todas as instâncias, sobretudo nos cargos e altos postos da República, ela se alastra para o campo da arte; o título doutoral chega como necessidade de se afirmar o intelectual nas artes e Lima Barreto nos pinta, também, em sua crônica o literato social da *Belle Époque* carioca (OAKLEY, 2011, p.132).

Esse literato, assim como os que ocupam cargos públicos, políticos e administrativos, usa do título de “doutor” como forma de prestígio no meio artístico: é o fetichismo acadêmico presente na sociedade republicana. Para Lima Barreto, nos campos público, administrativo, militar, político e literário há o fetiche como forma de assegurar o *status* desses intelectuais na sociedade republicana das letras, da política, da administração (OAKLEY, 2011, p.197).

Segundo o dicionário Aulete, fetiche é “Objeto ao qual se atribuem poderes sobrenaturais ou mágicos e se presta culto”<sup>12</sup>. Na definição do dicionário Houaiss fetiche é um “objeto a que se atribui poder sobrenatural ou mágico e se presta culto”<sup>13</sup>. Segundo estes dois dicionários, Aulete e Houaiss, o fetiche seria um objeto qualquer, palpável ou não, em que se atribui capacidades mágicas ou sobrenaturais, daí o culto a tal objeto. Pois bem, neste primeiro sentido tendo como base dicionários, fetiche intelectual seria prestar culto à inteligência por acreditar no poder de persuasão sobre os demais homens.

Na filosofia marxista o fetiche aparece associado à mercadoria, ao capital e à comunicação de massa. O fetichismo seria uma relação social entre as pessoas intermediado por coisas (mercadorias), disto resultaria uma ilusão de relação entre as pessoas. O que o fetichismo da mercadoria de Marx vem dizer é que o mercado controla o produtor, ele é que determina a demanda, e não ao contrário.

Os objetos úteis só se tornam em geral mercadorias porque são produtos de trabalhos privados, executados independentemente uns dos outros. O conjunto destes trabalhos privados constitui o trabalho social [global]. Dado que os produtores só entram em contato social pela troca dos seus produtos, é só no quadro desta troca que se afirma também o carácter [especificamente] social dos seus trabalhos privados. Ou melhor, os trabalhos privados manifestam-se na realidade como fracções do trabalho social global apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por intermédio destes, entre os produtores. Daí resulta que para estes últimos, as relações [sociais] dos seus trabalhos privados aparecem tal como são, ou seja, não como relações imediatamente sociais entre pessoas nos seus próprios trabalhos, mas antes como [relações materiais entre pessoas e] relações sociais entre coisas. (MARX, 2005, [s.n], grifo do autor).

Se o fetichismo marxista da mercadoria provoca a ilusão nas relações sociais, na questão do fetiche intelectual ele também surge como ilusão, mas, claro, com o mundo do conhecimento e do saber. O fetiche intelectual seria, portanto, pensando a partir da linha marxista, uma falsa relação social e cultural com o mundo do saber, supérflua por assim dizer, que o fetichista não percebe.

<sup>12</sup> AULETE, Caldas. Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa. *Fetiche*. Editor resp. Paulo Geiger, apresentação Evanildo Bechara. 2ª ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009, 960pp.

<sup>13</sup> HOUAISS, Antonio. Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. *Fetiche*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 2922pp.

Numa terceira acepção sobre o fetiche destaca-se o estudo de Oakley sobre Lima Barreto, e será a concepção de fetiche de Oakley seguida neste trabalho. Para Oakley a derrota da inteligência está vinculada ao tema da fragilidade humana, entretanto, essa fragilidade não é somente aquela em que o homem não consegue superar suas próprias expectativas; corresponde, além disso, às próprias limitações do homem perante o mundo intelectual.

Já não se trata de uma questão de fragilidade no sentido de fracassar em superar os ideais que exigem a consciência moral e a inteligência, tal como é o caso de vários dos primeiros personagens de Lima Barreto. Aqui, fragilidade corresponde não só à fragilidade da mente humana, mas também às suas próprias limitações. (OAKLEY, 2011, p.177).

Segundo Oakley, as personagens de Lima Barreto (acrescentem-se as figurações que ele faz da sociedade) mantêm uma relação ilusória com o conhecimento, não despertando nelas interesse e amor verdadeiro com o saber. Aí reside o fetiche intelectual que Oakley vem tratar: uma relação falsa entre o homem e a inteligência que aquele acredita ser uma relação verdadeira. Por se apegar ao mundo intelectual sem veracidade, e somente com interesses particulares e por acreditar ser possível que ela, a inteligência, possa satisfazer suas relações sociais e de poder, o homem presta a cultivar o mundo intelectual em seu fetiche.

Para Oakley o fetiche do intelectual só poderia ser desfeito pela exclusão do bovarismo. Em outras palavras, segundo o autor, o bovarismo, aqui no sentido de alienação intelectual, é a capacidade de iludir o homem, de levá-lo ao fetiche intelectual. Entretanto, como aponta Oakley, mesmo saindo do fetiche intelectual a personagem barretiana cai nas suas próprias limitações intelectuais. O que isto quer dizer? Ora, que para Lima Barreto há sempre a derrota da inteligência, seja por meio do fetiche intelectual ou pelas limitações do homem em compreender o mistério que nos cerca.

A conclusão que Lima Barreto tira [...] é que o mundo pertence àqueles que simplesmente exploram os aspectos exteriores e superficiais do saber e da inteligência, enquanto todos os outros são vítimas das limitações ou da fragilidade da inteligência. (OAKLEY, 2011, p.197).

A derrota da inteligência em Lima Barreto aponta, segundo Oakley, como é a compreensão do escritor carioca sobre a realidade brasileira de seu tempo; mas, principalmente, como é a visão barretiana sobre a condição humana.

Um belo dia, foi preso um sujeito mal vestido, estrangeiro que, semi-embriagado, havia provocado desordem num botequim. Quiseram metê-lo no xadrez. Ele protestou. Disse que era francês, médico, doutor em medicina, pela Faculdade de Lyon. O delegado não quis acreditar; mas, não sendo feroz nem atrabiliário, procurou verificar as alegações. Mandou buscar papel e tinta, e determinou ao preso:

- Escreva aí: analgésico.

O francês escreveu. O delegado teimou:

- Escreva ainda: estricnina.

E assim ditou muitos termos de farmácia e medicina, para ver se o pobre-diabo do homem era médico de verdade.

Os reformadores da Central, com essa exigência de secretário-engenheiro, têm muitos pontos de contacto com esse sagaz delegado. Só médico, como queria ele, pode escrever certos termos de uso na medicina; e só engenheiro, como querem os sábios transformadores da Central, pode minutar ofícios em que haja referências a coisas de estrada de ferro. Bolas! (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p. 235).

A exigência de ser engenheiro formado para atuar como secretário da Estrada de Ferro Central do Brasil serve ao interesse classista que o ensino superior beneficiou na República Velha. Não havia relação entre o título e a profissão exigida, “doutores” se apossavam de cargos em que o diploma de fato não era necessário, como também se ocupavam de funções de alto escalão dentro do governo, sem o preparo e a experiência que o a responsabilidade do cargo exigiria. Enfim, esses problemas apontados por Lima Barreto colaboram para que este pinte um quadro da derrota da inteligência que cede espaço para o enobrecimento e favoritismo. O que se tem por trás disso tudo é o fetiche intelectual.

Lima Barreto enxergava na República Velha uma grande fachada; como, por exemplo, a mudança de nome de certos ministérios, pois nada mudava, o trabalho continuava o mesmo, as pessoas também, o serviço o mesmo; para Lima Barreto aquilo era só fachada, manobra política para lotar de “doutores” as repartições públicas em qualquer cargo que fosse, como já vimos. Nas palavras de R.J. Oakley temos o panorama do tempo e espaço que cercava Lima Barreto, bem como o que ele pensava sobre tal sociedade.

A Nova República brasileira e a civilização ocidental do século XX estavam trazendo consigo o que, para Lima Barreto, era uma mera fachada de mudança, suficiente para matar o sentido de tradição e continuidade na vida brasileira, mas insuficiente para produzir uma mudança radical nas áreas sociopolítica e econômica, que poderia ter ajudado e melhorado a vida daquela massa miserável, subnutrida e de saúde precária que o cercava. (OAKLEY, 2011, p. 170).

Morando no subúrbio carioca, convivendo com a massa desprovida de atenção dos órgãos públicos no que diz respeito à saúde, saneamento, educação, emprego, entre outros, e observando, fora da periferia, uma política de interesses que se alastrava pela máquina governamental e contaminava as artes, Lima Barreto decreta, assim, na sua literatura a derrota da inteligência: nas suas obras ficcionais o herói intelectual sempre fracassa (OAKLEY, 2011, p.189). Em suas crônicas ele nos é apresentado de forma satírica, já fracassado, derrotado em todas as áreas do conhecimento humano.

Nos cartazes de teatro, não é de surpreender, lermos nos dias que correm, o anúncio de uma revista, [...] de um drama ou comédia, em que o nome do autor figure precedido do seu título “científico”, precedido de “doutor”. [...] Para administrar uma colônia agrícola [nomeia-se] um bacharel em direito, que nunca plantou um pé de couve. [...] Até no execrável football os doutores são as primeiras figuras entre os jogadores honorários. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, pp. 237,239).

## 2 A CRÔNICA E O ESPAÇO DO INTELECTUAL

Podemos definir a crônica como uma breve narrativa sobre temas do cotidiano, uma observação do cronista publicada, sobretudo, nos jornais. Por vezes a crônica é de ordem pessoal, sobre temáticas diversas e de interesse para o jornal e sociedade. Crônica não se resume somente às observações literárias, ela pode ser crônica política, esportiva, cultural, mista, enfim, depende da especialidade do cronista. Essa é uma definição generalizada, moderna e simplificadora de crônica: um tipo de texto curto, ligado ao cotidiano que comumente se faz presente em nossas leituras de jornal e quase sempre é visto como despretensioso, embora possa ser um meio eficiente na formação de opinião.

Segundo Antonio Candido, crônica não é um “gênero maior”, e quando ele afirma isso não quer dizer que a crônica seja um gênero inferior, mas, sim, que ela é desprovida de grandiloquência em relação a outros gêneros, isto porque a crônica “elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural” (CANDIDO, 2005, p.91).

A ‘crônica’ não é um ‘gênero maior’. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. “Graças a Deus”, -seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. (CANDIDO, 2005, p. 91).

Como gênero menor, desprovido de grandiloquência e mais perto de nós, a crônica, segundo Candido, é despretensiosa e tal característica humaniza a escrita do cronista, favorecendo, desta forma, maior profundidade de significado por parte do público leitor. O que Candido quer dizer é que a despretensão da crônica, a simplicidade na linguagem, a escolha de tema “menores” do cotidiano e a humanização que ela traz corrobora para uma escrita mais próxima da verdade e da realidade.

O fato de ficar tão perto do dia-a-dia age como quebra do monumental e da ênfase. Não que estas coisas sejam necessariamente ruins. Há estilos roncantes mas eficientes, e muita grandiloquência consegue não só arrepiar, mas nos deixar honestamente admirados. O problema é que a magnitude do assunto e a pompa da linguagem podem atuar como disfarce da realidade e mesmo da verdade. A literatura corre com frequência este risco, cujo resultado é quebrar no leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto. Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. (CANDIDO, 2005, pp. 91-92).

Candido nos relembra que a crônica não nasceu com o jornal, mas que este foi decisivo para o aprimoramento da crônica no Brasil. Antes de ser o gênero crônica, ela foi “folhetim”, artigos de rodapé nos jornais, e serviu muito para textos diversos, de política à literatura (CANDIDO, 2005, p.93). Isto também explica o caráter despretensioso da crônica e sua linguagem simplificada que permite maior interação entre leitor e cronista.

Num país como o Brasil, onde se costumava identificar a superioridade intelectual e literária com grandiloquência e requinte gramatical, a crônica operou milagres de simplificação e naturalidade, que atingiram o ponto máximo nos nossos dias... (CANDIDO, 2005, p.94).

Até aqui comentamos sobre as características da crônica, mas, afinal, o que seria a crônica? Candido nos diz que a crônica “não tem pretensões a durar”, entretanto, quando passada para o livro, verifica-se que a “sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava” (CANDIDO, 2005, p.92). Desse modo podemos acreditar que a aspiração à permanência no tempo, a duração maior, não é uma característica confiável para definir crônica. Para Antonio Candido o que define crônica, muito mais que sua efemeridade, é o fato de ela ser “despretensiosa, insinuante e reveladora”, acrescente-se a isso a linguagem que passa de jornalística para uma mais descompromissada e poética, o que aproxima leitor e cronista.

Ao longo deste percurso [do folhetim à crônica], foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixadas a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro. Creio que a fórmula moderna, na qual entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma. (CANDIDO, 2005, p.93).

Outra definição de crônica vem de Jorge de Sá, em que ela é definida como aquilo que “registra o circunstancial”, em outras palavras, é um trabalho de observar, registrar, os pormenores dos fatos, do cotidiano, para ao final apresentar a unidade dos fatos, ou seja, a realidade. Portanto, segundo Sá, o cronista registra as circunstâncias de um fato observado, este registro seria primordial para definição de crônica. Daí Sá afirmar que nosso primeiro cronista foi Pero Vaz de Caminha em sua carta a el-rei D. Manuel, pois Caminha registra todas as circunstâncias daquela natureza e povo primitivos para ao final montar uma unidade significativa das suas observações.

A observação direta é o ponto de partida para que o narrador possa registrar os fatos de tal maneira que mesmo os mais efêmeros ganhem uma certa concretude. Essa concretude lhes assegura a permanência, impedindo que caiam no esquecimento, e lembra aos leitores que a realidade – conforme a conhecemos, ou como é recriada pela arte – é feita de pequenos lances. Estabelecendo essa estratégia, Caminha estabeleceu também o princípio básico da crônica: registrar o circunstancial. (SÁ, 2005, p.5).

Com essa definição de Sá podemos inferir que a limitação de espaço que a crônica tem é devida à própria dinâmica dos jornais e periódicos que dispõem de um espaço reduzido para os diversos gêneros a fim de comportá-los.

Ocorre ainda o limite de espaço, uma vez que a página comporta várias matérias, o que impele a cada uma delas um número restrito de laudas, obrigando o redator a explorar da maneira mais econômica possível o pequeno espaço de que dispõe. É dessa economia que nasce sua [referindo-se à crônica] sua riqueza estrutural.

Então, segundo Sá, a crônica não se define por sua efemeridade, essa característica da crônica se deve ao jornal. A crônica se define pelo registro, fruto da observação, das circunstâncias de um fato, note-se que neste registro o uso da literatura é o que possibilita recriar a realidade. Neste ponto, tanto Antonio Candido quanto Jorge de Sá concordam que a linguagem poética, despretensiosa, revestida, por vezes, de humor e sarcasmos e a brevidade que os jornais assim exigem da crônica é o que lhe confere riqueza estrutural e amadurecimento.

É importante insistir no papel da simplicidade, brevidade e graça próprias da crônica. Os professores tendem muitas vezes a inculcar nos alunos uma ideia falsa de seriedade; uma noção duvidosa de que as coisas sérias são graves, pesadas, e que conseqüentemente a leveza é superficial. Na verdade, aprende-se muito quando se diverte, e aqueles traços constitutivos da crônica são um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas. (CANDIDO, 2005, p.97).

Se observarmos a definição de crônica nos dicionários de Raphael Bluteau, Moraes Silva, José Fonseca e Candido de Figueiredo, dicionários publicados entre o século XVIII e XX, podemos também analisar os verbetes dedicados a *crônica* relacionando-os com o contexto social e literário de evolução da crônica.

A definição que Moraes Silva (1813)<sup>14</sup> faz de crônica é substancialmente a mesma que Raphael Bluteau (1728)<sup>15</sup> fizera um século antes, ambos a definem como “uma história escrita conforme a ordem dos tempos”. Podemos entender disto como sendo qualquer história que

<sup>14</sup> MORAES SILVA, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813. Disponível na Internet via <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>.

<sup>15</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. 8 vol. Coimbra, 1712-1728. Disponível na Internet via <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>.



seguisse fielmente a ordem dos fatos acontecidos, a hierarquia na ordenação dos fatos sendo primordial para definir um texto como crônica. Note-se que não é questão de “encadeamento” dos acontecimentos que vai definir o gênero, é antes os fatos serem narrados numa ordem cronológica dos acontecimentos, por isso podemos inferir que crônica naquele momento era gênero de relato histórico, servindo para documentar a história no seu momento de ocorrência dos fatos.

As definições que Bluteau e Moraes Silva fizeram de crônica como “uma história escrita conforme a ordem dos tempos” mantêm uma relação próxima, por exemplo, com os cronistas de corte na Europa e, também, no próprio mundo português. Era característica, destes cronistas, fazer o relato histórico da corte de forma que suas histórias apareçam ordenadas cronologicamente, o que visava, ao final, uma explicação ou entendimento das histórias.

Na Europa podemos destacar Jean de Joinville (século XIV), cronista da corte francesa, que acompanhou o Rei Luís IX nas cruzadas, e que, posteriormente, produziu a obra *Histoire de Saint Louis* (1309?). A obra constitui as lembranças do cronista da época em que viveu com Luís IX (São Luís), e está organizada de forma linear no tempo, portanto, uma crônica dos feitos históricos e santos do rei São Luís IX.<sup>16</sup>

Já no mundo português podemos relacionar a significação histórica de *crônica* em Bluteau e Moraes Silva à escrita do cronista da corte portuguesa Fernão Lopes (Século XIV) que escreveu, entre outras, *Crônica ao el-rei D. João I* em que faz o relato histórico da corte portuguesa<sup>17</sup>. Após Fernão Lopes surgem outros cronistas de corte como João de Barros e Damião de Góis (Século XVI). O que podemos perceber é que a crônica, mesmo antes de Bluteau, já era um gênero utilizado para relato histórico ordenado conforme a ordem dos tempos.

No que diz respeito à crônica como texto em jornal, esta guarda relação com a própria introdução da imprensa no Brasil, que tem seu início em 1808 com a chegada da família real, sendo *A Gazeta do Rio de Janeiro*<sup>18</sup> o primeiro jornal a ser impresso na colônia, marcando assim de fato o nascimento da imprensa brasileira. Após a criação da Imprensa Nacional a

<sup>16</sup> JOINVILLE, J. *Histoire de Saint Louis*. < <http://users.skynet.be/antoine.mechelynck/chroniq/joinv/JV000.htm> > Acesso em 10 mar. 2013.

<sup>17</sup> LOPES, F. *Chronica DelRey D. Joam I de Boa Memoria e dos Reys de Portugal o Decimo*. v.I. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal < <http://purl.pt/218> > Acesso em 10 de mar. 2013.

<sup>18</sup> O jornal *A Gazeta do Rio de Janeiro* é considerado o primeiro jornal do Brasil, tendo circulado de 1808-1822. Tinha mais a função de divulgar informes que fossem de interesse do Império, sendo considerado por alguns como uma espécie de diário oficial do Império. Há estudiosos que não lhe creditam a função de jornal por não publicar matérias literárias ou científicas, mas o consideram importante, pela variedade de assuntos publicados, para pintar o quadro cultural da Corte no Brasil. Ver, a propósito: SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro(1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

crônica ainda tinha caráter de relato histórico nos jornais oficiais do Império, e posteriormente se torna aliada no projeto de construção do nacionalismo literário empreitado pelos intelectuais; já no século XIX com a publicação dos folhetins nos jornais a crônica será uma variante em muito utilizada pelos textos folhetinescos (CANDIDO, 2005, p.93). Nesse momento ressalte-se que a crônica desempenhou papel importante na formação da burguesia leitora, pois num país de analfabetos se fazia necessário um texto folhetinesco que dialogasse com o leitor numa linguagem menos formal, mais próxima da língua falada. Não admira, portanto, o êxito obtido com a técnica das interferências que o autor fazia dentro da narrativa, dialogando diretamente com o leitor. A crônica era o gênero perfeito para tal situação, já que conseguia que a classe burguesa que tinha acesso a esse tipo de texto, não necessariamente pela leitura direta (já que era hábito alguém ler para a família toda e/ou os amigos), se interessasse pelos assuntos e pela linguagem.

Neste período citado podemos perceber que os dicionários, como o de Moraes Silva, ainda registravam a *crônica* como um gênero de relato histórico e mesmo nas últimas décadas do século XIX não há uma mudança importante e significativa que retratasse este período da crônica dentro dos textos folhetinesco a serviço da nacionalidade literária. Entretanto, a significação de crônica como data de 1870, no dicionário de José da Fonseca, ajuda a entender este momento da crônica nos jornais dentro do folhetim. Fonseca define crônica como “história em que se observa a ordem dos tempos”<sup>19</sup>, ele não difere, quanto à matéria, em nada da definição de Bluteau e Moraes Silva, mas há um avanço na sua significação dentro dos jornais, já não é aquele gênero que serve para relato histórico, se situa agora na ordenação cronológica de uma ficção. Os romances eram publicados em folhetins, recurso que prendia o leitor, sob a forma de novela com começo, meio e fim marcada por capítulos. Podemos inferir que a crônica, mesmo antes de ser o gênero que conhecemos, foi recurso utilizado na formação de leitores, e serviu muito bem a esse propósito.

Somente no final do século XIX é que encontramos uma definição de crônica que lhe confere revestimento jornalístico afastando-a, não por completo, dos textos folhetinescos. A crônica passa a ser utilizada não somente por literatos, mas por cientistas, políticos e jornalistas, e se torna um espaço cativo nos jornais para começar a se inserir escritas temáticas diversas (CANDIDO, 2005, p.93). Candido de Figueiredo em 1899 definia crônica como “Narração histórica, segundo a ordem dos tempos; noticiário dos periódicos. Revista científica

---

<sup>19</sup> FONSECA, José. *Dicionário da língua portuguesa*. Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand. 1870.

ou literária, que preenche periodicamente uma seção de jornal.” (FIGUEIREDO, 1899, p.295).

Podemos perceber que na virada do século o gênero começa a ganhar espaço para temáticas literárias e científicas, as crônicas política e social irão se tornar mais presentes nos jornais nos anos iniciais do século XX, tendo seu auge na segunda década devido às revoltas locais espalhadas pelo país, reivindicando o fim das oligarquias que a República intensificara. É neste momento, em que as diversas temáticas na crônica e os impasses de ordem política, cultural e literária ganham importância maior nos jornais.

Apesar de a crônica ter adquirido maior importância nos jornais nas duas primeiras décadas do século passado, isto não implica que no século XIX, ainda no Império, se limitasse somente a relatos de cunho histórico. A temática literária, política, intelectual já se fazia presente e bem mais em consonância com os significados dos dicionários da virada do século do que dos anos de 1870, note-se neste trecho de crônica de Machado de Assis<sup>20</sup> em que o cronista aponta o caminho, de forma irônica, para a escrita do gênero:

Olha para que te [referindo-se à crônica] guardei! Antes de começarmos o nosso trabalho, ouve amiga minha, alguns conselhos de quem te preza e não te quer ver enxovalhada . . . Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar. O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas; tu és *franzina*, retrai-te e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas. Seja entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz. (MACHADO DE ASSIS, 1938, p. 01).

O trecho citado é de crônica datada originalmente de 1862, Machado de Assis ressalta a fragilidade do gênero que já era visto como menor em relação aos demais. A crônica era demasiadamente *franzina*, mas Machado nos aponta a importância do uso e poder que os intelectuais desprezavam na crônica, e critica a ideia universal de que a crônica servira a polêmicas de gêneros. Nesse período, vimos o dicionário de José da Fonseca, já citado aqui, definindo o gênero como história narrada que obedece a sequência cronológica dos fatos, mas podemos perceber que o gênero já estava evoluído na sua significação jornalística, embora ainda pouco explorado pelos intelectuais.

Ainda nesse período, que compreende a chegada da família Real até o fim do Império (1808-1889), será a imprensa a maior responsável pela perda da característica memorialista da

<sup>20</sup> Publicado originalmente no periódico *O Futuro*, Rio de Janeiro, de 15/09/1862 a 01/07/1863. Texto-fonte: *Obra Completa*, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938. Disponível online na Internet <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macr03.pdf>. Acessado em 24/11/2012.

crônica, porém trazendo à cena o que Afrânio Coutinho chama de “publicista”, misto de jornalista, homem de letras e político que produzia em todas as áreas, mas não se prendia a uma especificamente, contribuindo assim, segundo Coutinho, para a má qualidade das produções (COUTINHO, 1969, p. 15). Os jornais mais importantes da época, que se destacavam no jornalismo político e literário e tinham repercussão no Rio de Janeiro eram os seguintes: *Correio Braziliense* (publicado em Londres durante 14 anos [junho de 1808 a dezembro de 1822] por Hipólito da Costa Pereira); *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878); *Aurora Fluminense* (1827), de Evaristo da Veiga; *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (1812); *O Patriota* (1813-1814); *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* (1822); *O Jornal Científico, Econômico e Literário* (1826); *O Beija-Flor* (1830-1831); *Revista da Sociedade Filomática* (1833); *Revista Niterói Brasileira* (1836); *Minerva Brasileira* (1843-1845); *Guanabara* (1850)<sup>21</sup>.

Barbosa (2007) nos relembra de quem primeiro chamou a atenção para a relação estreita entre imprensa e literatura foi Silvio Romero em *História da literatura brasileira*. Segundo Barbosa, para Silvio Romero a literatura depende do jornalismo. Portanto, havia uma migração que começava na literatura, passava pelo jornalismo e terminava na política, enfim, era o “publicista” de Afrânio Coutinho.

Ao que tudo indica, a crônica já no pós-Independência já vem-se desvencilhando do caráter memorialista e chegando mais próximo do misto de jornalístico e literário, mesmo que ainda produzindo textos de má qualidade como afirmara Afrânio Coutinho. Como foi somente com o início da segunda metade do século XIX que as produções em folhetins, utilizando a crônica, despontaram, podemos perceber que havia necessidade de tempo para o gênero crônica, visto sempre como menor, ser utilizado pelos literatos. Ou, em outras palavras, para a crônica amadurecer. Machado de Assis, como vimos, em 1862 já tinha utilizado o próprio gênero para, de forma irônica e humorística, se posicionar sobre o “gênero menor”.

Na segunda década do século XX os intelectuais usaram a crônica como um meio também de seguir o projeto de nacionalidade literária, alguns por meio da *Belle Époque*, nos aproximando da Europa como modelo de arte, outros na contramão da falsa modernização urbana, sobretudo a promovida no Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos no início do século. A essa dualidade ideológica se somavam as revoltas pelo interior do país como a Guerra do Contestado (1912-1916), a Sedição de Juazeiro (1914), o Bombardeio de Salvador (1912), bem como nos centros urbanos as insurgências e reivindicações sociais geraram a

---

<sup>21</sup> COUTINHO, Afrânio. “Romantismo”. In \_\_\_\_\_. *Literatura no Brasil*. vol. II. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana S.A, 1969. p. 15.

Revolta da Chibata no Rio de Janeiro em 1910 e, no final da década, com o crescimento da indústria nacional, os operários, com apoio de imigrantes, de tendências anarquistas e fundados nas ideias de Marx, organizaram-se e promoveram a greve geral de 1917 que começa em São Paulo e em pouco tempo se espalha pelo país. (LEITÃO, 2006, p.41).

Este era o quadro de uma década agitada por movimentos sociais, e os intelectuais irão fazer largo uso das crônicas para se posicionarem frente a este conturbado período da República. Destacam-se, entre outros, nas crônicas, Lima Barreto, Monteiro Lobato, João do Rio e Olavo Bilac. A crônica neste momento já evoluíra e, agora em sinonímia com os dicionários, como aponta a definição do verbete dada por Candido de Figueiredo em dicionário de 1913<sup>22</sup>, “noticiário dos periódicos”, os intelectuais parecem compreender que o gênero *crônica* é um meio eficiente para se posicionar frente à história, pois ela, a crônica, é tão imediata quanto os fatos; seu caráter desprezioso favoreceu para que ela se firmasse enquanto gênero e estreitasse a relação leitor e cronista (CANDIDO, 2005, p.92).

## 2.1 A derrota da inteligência na crônica barretiana

O destino da inteligência em Lima Barreto é o fracasso perante a sociedade. Sua visão sobre a República e a política de favores, sobre a arte tratada como forma de enobrecimento do homem e de garantia de *status*, tudo isso contribui para que o Lima Barreto de escrita jornalística pregue a derrota da inteligência que vai cedendo aos interesses individuais numa sociedade marcada pela desigualdade e exploração. A bem da verdade, a inteligência retratada na crônica e obra barretiana não está a serviço do bem da humanidade, por isso sua derrota: ela se torna menor quando usada para fins duvidosos, corruptos, que só agravam o mal na República.

Assim, não questionamos se este ou aquele autor de que Lima Barreto por acaso tenha tratado em suas crônicas, ou ainda, se as personagens descritas em sua obra são ou não intelectuais, isto não nos importa. O que nos interessa principalmente é o quadro que define estes homens como intelectuais, pois aí reside o “fracasso da inteligência” que Lima Barreto denuncia. O fracasso da inteligência se situa no uso que se faz dela, coisa que para Lima

---

<sup>22</sup> FIGUEIREDO, Candido de. *Dicionário da língua portuguesa*. vol I. Lisboa: Editora de A.M. Teixeira, 1913. Publicado originalmente em 10 de março de 1899, depois em 1913 de acordo com a nova ortografia de 1911.

Barreto era primordial, pois ele acreditava na função social do intelectual, que poderia modificar o seu tempo, transformando-o. Essa transformação seria em todos os campos sociológicos e, sobretudo, na humanidade, daí Lima Barreto evocar o sentimento de humanidade no intelectual. Se não existisse esse sentimento de humanidade, por consequência haveria o fracasso da inteligência.

Num estudo aprofundado sobre a decadência da inteligência na ficção barretiana R. J. Oakley (2011) aponta diversas formas através das quais o autor narrou a derrota da inteligência, seja por suas personagens que são exploradas, seja por aquelas que tentam modificar o quadro que as circunda, mas falham em tal ação. Há, ainda, aquelas personagens que são vítimas da obsessão com o mundo intelectual, mas não o alcançam. As personagens da ficção de Lima Barreto que sofrem deste mal da morte do intelecto estão presentes, também, em suas crônicas, sobretudo no tipo apontado por Oakley:

Finalmente, há aqueles que abandonam o mundo intelectual através de sua obsessão com determinado aspecto desse mesmo mundo, que, isolado do todo, cria uma sorradeira esterilidade, a qual em última instância, traz consigo a morte do intelecto. (OAKLEY, 2011, p.196).

Para compreender a derrota da inteligência em Lima Barreto e sua visão satírica sobre o homem do seu tempo é preciso analisar suas crônicas. Será na análise de suas crônicas que buscaremos traçar um horizonte da *inteligência* que não se concretiza. Iremos nos deter sobre quatro crônicas no capítulo seguinte analisando a partir do ideal de arte e intelectual em Lima Barreto que Oakley (2011) aponta como sendo a arte com função sociológica. As crônicas estarão dispostas em ordem cronológica de publicação: “São Paulo e os estrangeiros [I] e [II]” (1917); “As escoras sabichonas” (1919); “Bendito *football*” (1921) e “O futurismo” (1922).

Na obra de Lima Barreto a presença humana se mostra em todas as dimensões dos problemas do homem. Para ele, sejam problemas de relações sociais ou pessoais, eles devem ser tratados pelo artista. Eis a meta do artista, sua função social: o artista ou intelectual deve ter o compromisso com o sentimento de humanidade em sua obra. Era assim que Lima Barreto pensava que deveria ser o papel do artista na sociedade, ele deveria ter uma função social em que o “pensamento de interesse humano” deveria ser superior à forma, estilo, gramática e ritmo da obra, ou ainda, superior aos interesses individuais. Por este motivo selecionamos as referidas crônicas já que elas são críticas em relação a nossa intelectualidade que se encontrava distante, para Lima Barreto, da sua função social.

### 3 AS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO: ANÁLISE

A estética barretiana é composta de um ideal intelectual em que este deveria pagar o tributo do “sentimento de interesse humano” na escrita, o que se fazia por meio da “sinceridade”, ideia essa, da sinceridade na escrita, que Lima Barreto tomou muito mais como verdade do que conselho de José Veríssimo (BARBOSA, 2002, p.177). Porém Lima Barreto confunde esse conselho do crítico com um excessivo personalismo, como o próprio José Veríssimo apontara em seu romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (BARBOSA, 2002, p.199). Esse “excessivo personalismo” é mais latente justamente nas crônicas quando Lima defende o seu ideal de arte, que é a arte como ente de compartilhamento, união entre os homens. Parece um paradoxo Lima Barreto defender justamente essa união quando faz ataques fortes, satíricos e irônicos a determinadas personagens da República, entretanto, o que é preciso ficar claro, é que seus ataques não são à pessoa, mas aos tipos e figuras que não condizem com seu ideal de arte, de intelectual.

Arnoni Prado (apud Oakley, 2011, p.158) aponta que a idealização intelectual vai resultar numa literatura militante em que o herói errante é um sinal da marginalização de Lima Barreto, entretanto essa marginalização pode corresponder a uma distância de que o autor necessita para observar e denunciar a falta de solidariedade humana. R. J. Oakley, fazendo um excelente trabalho sobre as influências teóricas de Lima Barreto, levanta a questão da marginalização no autor como “isolamento” necessário que Lima Barreto faz para escrever a ausência de sentimento de humanidade. Oakley, citando um dos maiores influxos filosóficos de Lima Barreto, Anatole France, aponta para uma possível finalidade deste isolamento: “distanciamento vale agora denúncia” (OAKLEY, 2011, pp. 158-159).

Neste distanciamento é que Lima Barreto idealiza um tipo de intelectual diverso dos tipos que ele observa. Para ele, o intelectual brasileiro era um misto de mediocridade e ignorância intelectual que fazia da arte um meio de exacerbação do ego, do caráter reacionário e pseudointelectualismo. O que faltava ao intelectual brasileiro, para Lima Barreto, era, primeiro, amor à inteligência e, segundo, fazer deste amor uma ferramenta que estivesse à serviço do bem comum, em última instância, da humanidade. Essa é a idealização de arte e intelectual, que é militante, mas utópico em Lima Barreto como nos aponta Oakley (2011), pois nasce de sua concepção de arte como missão social em que a “função sociológica da arte

[é a de] promover uma compreensão cada vez mais aprofundada da existência humana e um melhor entendimento entre os homens” (OAKLEY, 2011, p.173). [grifo nosso].

Passemos, então, às análises de quatro crônicas onde o ideal de arte e intelectual de Lima Barreto não se concretiza, ficando no plano da utopia, como apontara Oakley (2011), mas nem por isso menos militante. São crônicas em que o humor, a ironia e o sarcasmo são ferramentas poderosas de crítica à intelectualidade brasileira que não cumpria a função social do artista: a escrita com o sentimento de interesse humano.

### 3.1 “São Paulo e os estrangeiros [I] e [II]”

Torna-se importante, e necessário, analisar crônica que contém a temática do estrangeirismo pelo fato de que o ideal intelectual de Lima Barreto tem seu contraponto nos estrangeirismos políticos, sociais, culturais, literários e modernizadores que chegavam ao Brasil do início do século XX. O motivo deste contraponto é porque as manifestações de estrangeirismo no país favoreciam a grupos majoritários da República Velha com propagandas de modernização e de colocar o Brasil no rumo das grandes artes europeias. Enquanto isso, grupos deserdados, o negro liberto e toda sorte de marginalizados, compartilhavam, nos subúrbios, do descaso de tais ações modernizadoras da República. Sofriam de necessidades básicas e humanas que não condiziam com a capital federal que pretendia europeizar-se, e se europeizava nas artes e fachadas. Portanto, tematizar o estrangeirismo era para Lima Barreto praticar a sua arte militante e utópica sobre o ideal de arte e intelectual, pois o estrangeirismo incrementado no país, por políticos e intelectuais da República Velha, não realizava uma função sociológica para o bem de todos os homens, e essa era uma condição indispensável na função do intelectual ideal de Lima Barreto.

A crônica “São Paulo e os estrangeiros [I]” foi publicada, originalmente, na Revista *O Debate* em 10 de agosto de 1917. Uma semana depois Lima publica, na mesma revista, uma espécie de segunda parte desta crônica intitulada “São Paulo e os estrangeiros [II]” (FARIA et alii, 2012, p.39). Vale ressaltar que foi também em 1917, um mês antes de publicar a crônica em questão, que Lima Barreto terminou sua obra satírica *Os Bruzundangas* que só foi publicada em dezembro de 1922 (BARBOSA, 2002, p.408). A obra é a história de um país



fictício; o narrador conta sobre a burguesia, a nobreza doutoral dos títulos, o desprezo pelo saber, as mudanças e transformações no país que em nada modificam a vida dos marginalizados, mas, ao contrário, agravam seus problemas. Com isto é possível perceber que a escrita do autor, naquele momento, estava se debruçando sobre a função da intelectualidade brasileira e sua atuação na política, literatura e na imprensa.

O produto mais importante da economia brasileira durante a República Velha foi o café. Os grandes produtores eram, sobretudo, paulistas que foram beneficiados pelo governo em sua política de valorização do café. A contratação de mão-de-obra estrangeira no início do século XX fazia parte desta política de valorização do café, pois a produção cafeeira havia se expandido, necessitando, assim, de aumento na mão-de-obra. Acrescente-se a isso que esse processo imigratório também atende a uma vaidade da classe dominante de ter em suas fazendas trabalhadores europeus, e não mais o escravo liberto.

Na crônica “São Paulo e os estrangeiros [I]” Lima Barreto foca as promessas de modernização que não chegaram às classes minoritárias, e aí o escritor inclui os próprios estrangeiros que foram tomados por propagandas de prosperidade no Brasil, mas que com a crise dos cafeicultores foram, por fim, desprezados. Portanto, a crônica vem tratar da política republicana de favorecimento e da plutocracia que a República instalara. Lima Barreto escreve diretamente, e sem ironia, do que vem tratar:

Não quero falar aqui de levantes, de revoltas, de motins, que são, de todas as coisas violentas da política, em geral, as mais inocentes talvez. Há uma outra violência que é constante, seguida, tenaz e não espasmódica e passageira como a das rebeliões de que falei. Refiro-me à ação dos plutocratas, da sua influência seguida, constante, diurna e noturna, sobre as leis e sobre os governantes, em prol do seu insaciável enriquecimento. (LIMA BARRETO, 2012, p. 35).

Antes desta crônica, uma outra intitulada “Sobre a carestia”, publicada também na Revista *O Debate*, que era um semanário esquerdista, já adiantava essa problemática sobre a política de favorecimento republicano, e tinha severas críticas às políticas de exportação de açúcar e carnes excedentes para países vizinhos pela metade do preço praticado no mercado interno. Em outras palavras, essa política que o governo republicano legitimava favorecia os grandes produtores e fazendeiros na escoação dos produtos excedentes, desta forma o grande produtor nunca perdia seus lucros e o produto ficava a um preço absurdo para as classes minoritárias, enquanto se aplicava para estrangeiros a máxima de “vender muito, para vender barato” (LIMA BARRETO, 2012, p.31). Isto faz com que Lima Barreto, nessa crônica, conclame a população à violência como medida extrema, e a única possível de mudança: “o

povo até agora tem esperado por leis repressivas de tão escandaloso estanco, que é presidido por um ministro de Estado. Elas não virão, fique certo; mas há ainda um remédio: é a violência” (LIMA BARRETO, 2012, p.32).

Essa crônica chamada “Sobre a carestia” foi publicada em 15 de setembro de 1917, portanto, pouco mais de vinte dias antes de publicar, na mesma revista, “São Paulo e os estrangeiros [I]”. Podemos inferir disto que Lima Barreto vinha se manifestando de forma mais incisiva sobre a política nacional e toda a sorte e forma de estrangeirismo no país, formas essas não benéficas para a população brasileira e nem para os que ali residiam. Este tipo de ação se encontra totalmente fora daquele ideal de intelectual que Lima defende, pois não há, nesse caso, por parte dessa minoria detentora do poder, uma ação sociológica em defesa da coletividade.

Em “São Paulo e os estrangeiros [I]”, o estrangeirismo no Brasil constitui manifestação clara daqueles que economicamente detinham o poder e que por meio de influxos sobre instituições públicas enriqueciam cada vez mais. Exemplo é o caso do café que após o advento da República sofreu intervenções constantes por meio do Convênio de Taubaté<sup>23</sup> que estabeleceu, entre outras coisas, um preço mínimo para compra de excedentes pelo governo. Isto beneficiou somente os maiores cafeicultores, principalmente os paulistas. Após as intervenções no preço do café começaram as políticas de mão-de-obra estrangeira com promessas de fortunas, isto beneficiou ainda mais os grandes produtores que utilizavam agora estrangeiros na lavoura em detrimento do negro liberto.

Protegidos, devido a circunstâncias que me escapam, por uma alta fabulosa no preço da arroba do café, de que, após a república, os ricos da Pauliceia se fizeram os principais produtores, puderam eles melhorar os seus serviços públicos e ostentar, durante algum tempo, uma magnificência que parecia fortemente estabelecida. Seguros de que essa gruta alibabesca do café a quarenta mil-réis a arroba não tinha conta em tesouros, trataram de atrair para suas lavouras imigrantes, espalhando nos países de imigração folhetos de propaganda em que o clima do estado, a facilidade de arranjar fortuna nele, as garantias legais – tudo, enfim, era excelente e excepcional. A esperança é forte nos governos, quer aqui, quer na Itália ou na Espanha; e desses dois últimos países, em chusma, acorreram famílias inteiras e milhares de indivíduos isolados, em busca da abastança, que os homens do Estado diziam ser fácil de obter. A gente que o vem dominando há cerca de trinta anos enchia-se de contentamento e até estabeleceu a exclusão da sua polícia de gente com sangue negro nas veias. (LIMA BARRETO, 2012, p. 36).

Evidente que sua crítica à influência estrangeira não consiste em xenofobia. Lima Barreto é consciente das melhorias para o país que este tipo de influxo poderia nos trazer,

<sup>23</sup> Foi um acordo firmado entre os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais em 1906. Tinha como principal missão estabelecer um preço mínimo do café, em que o governo comprava os excedentes da produção, evidente que essa política de intervenção favoreceu os cafeicultores.

entretanto isto não se concretiza já que, para Lima, nossa política de estrangeirismo na cultura, literatura, arquitetura, lavoura e outros setores da sociedade, que foi promovida pela República, é uma ação de plutocratas. Esse período de estrangeirismos que assola o país não conseguiu colocar um ponto final, ou pelo menos amenizar, a tensão social que existia entre centro e subúrbio. Ao contrário, essa distância ficou cada vez mais assinalada, pois a modernização não chegou para a grande massa que se concentrava nos subúrbios da então capital federal.

Vivíamos, então, em plena maré dos melhoramentos, iniciados, no começo do século, por Pereira Passos, com a abertura da Avenida Central, e que depois da guerra, tomaria novo alento, com Paulo de Frontin e Carlos Sampaio. [...] O escritor [Lima Barreto] achava absurdo todo aquele sonho de grandeza num país arruinado. (BARBOSA, 2002, p.300).

A crítica de Lima Barreto é quanto à forma como esse estrangeirismo estava entrando em nossa cultura; ao mesmo tempo em que contribuía com a plutocracia, na lavoura, esses estrangeiros também eram explorados e alimentados pelo sonho de riqueza. Entretanto, a produção de café tornou-se maior que o consumo, originando assim sua queda. Afinal, a política de intervenção que beneficiava os cafeicultores não estimulava outros tipos de produção agrícola.

A produção do café, porém, foi transpondo o limite do consumo universal e a descer de preço, portanto; e os doges do Tietê começaram a encher-se de susto e a inventar paliativos e remédios de feitiçaria, para evitar a depreciação. Um dos primeiros lembrados foi a proibição do plantio de mais um pé de café que fosse. (LIMA BARRETO, 2012, p. 36).

Nessa crônica a ironia de Lima Barreto, que é sempre revestida de humor, tem um tom sério de quem faz uma denúncia da política de favorecimento dentro da República desde a sua implantação. O exemplo do café é utilizado somente para demonstrar o poder e influência que os políticos e grandes fazendeiros tinham dentro da máquina governamental, poder esse usado para benefício próprio ou de grupo elitizado.

Essas figuras retratadas por Lima apontam para o quadro da nossa intelectualidade que participava do regime plutocrático, a figura política desenhada por Lima Barreto não tem preocupação com o bem comum e falta articulação com o saber. Portanto, o uso de estrangeiros nos cafezais, a propaganda no estrangeiro de que as terras brasileiras dariam riquezas e a “importação” das fachadas e modo de vida europeia atendiam ao fetiche intelectual da classe dominante que agora se desfazia dos estrangeiros, não somente devido à crise econômica do café, mas, sobretudo, porque os estrangeiros se tornaram inconvenientes

para os governantes de São Paulo, pois, afinal, eles não aceitaram a exploração da mão-de-obra. Lima faz questão de ressaltar essa mudança de política governamental em relação aos estrangeiros:

Os governantes do Estado, que influíam quase soberanamente nas decisões da União, deixaram de fazer a tal propaganda do Estado no estrangeiro, mas aumentaram a polícia, para a qual adquiriram instrutores e mortíferas metralhadoras e deram em excomungar os estrangeiros a que chamam de anarquistas, de inimigos da ordem social, esquecidos de que andavam antes a proclamar que a elegância da sua capital, os seus lambrequins, as suas fanfreluches eram devidas a eles, sobretudo aos italianos. (LIMA BARRETO, 2012, p.37).

E continua, agora fazendo uma crítica repleta de sarcasmos à intelectualidade literária paulista:

A influência dos estrangeiros, diziam, fez de São Paulo a única coisa decente do Brasil. E todos acreditavam, porque os dominadores de São Paulo sempre se esforçaram por esconder as dilapidações ou coisas parecidas, convencendo os seus patrícios de que o Estado, a sua capital, sobretudo, era coisa nunca vista. [...] Tudo o que havia em São Paulo não havia em parte alguma do Brasil. A sua capital era uma cidade europeia e a capital artística do país. Entretanto, a antiga província não dava, a não ser o Senhor Ramos de Azevedo, um grande nome ao país em qualquer departamento de arte. (LIMA BARRETO, 2012, p.37).

Já num segundo momento Lima Barreto publica – uma semana após a primeira parte da crônica em evidência – “São Paulo e os estrangeiros [II]”. Nessa nova crônica, que é na verdade uma continuação da primeira, Lima vai remontando a política do café desde o início da República Velha, de como ela usou da máquina governamental em benefício próprio. Lima Barreto tem como foco somente o Estado de São Paulo, o que se explica pela política do *café com leite* que foi aplicada durante a República Velha e, também, porque essas duas crônicas “São Paulo e os estrangeiros [I] e [II]” foram escritas um mês depois da greve geral em São Paulo (BARBOSA, 2002, p.270).

Vale salientar, também, que 1917 foi o ano da Revolução Russa, e São Paulo, sendo o maior centro de concentração industrial do país, que viu manifestações da massa operária como a greve geral do Estado. Tudo isso faz com que compreendamos o motivo de São Paulo ser o foco na crônica em questão (BARBOSA, 2002, p.267). Lima Barreto, como bem nos aponta Barbosa (2002), desde 1915 já vinha criticando essa política excludente, pelo menos no que tange à exploração da máquina governamental em detrimento da grande massa, sendo em 1917, com essa reunião de fatores, o ápice para que o autor se mostrasse contra a exploração da massa operária, incluindo os estrangeiros, e contra os estrangeirismos.

Como Lima Barreto não era contra os estrangeiros, e, sim, contra a política do governo e de grandes fazendeiros que faziam do poder público uma forma de fortalecimento da plutocracia, ele vai fazer severas críticas ao tratamento dispensado aos estrangeiros mentores

da greve geral de São Paulo que foram expulsos do país, a bordo do navio *Curvelo*, por exercerem uma forte influência sobre a camada operária nacional. (BARBOSA, 2002, p.271).

Tais fatos, que são de ontem, não têm sido concatenados por todos, nem tampouco combatidos a devido tempo; e, se o fossem, não teriam certamente os doges de São Paulo conseguido o que almejavam, isto é, obter um total domínio sobre os poderes políticos do país, de modo a coroar a sua nefasta e atroz ditadura com a decisão de 6 do corrente, do Supremo Tribunal, negando habeas corpus aos infelizes do “Curvelo”, rasgando a Constituição, obscurecendo um dos seus artigos mais simples e mais claros, com farisaicas sutilezas de doutores da escolástica e o tácito e suspeito apoio de quase toda a imprensa carioca, sem um protesto corajoso no Congresso, realizando-se toda essa vergonha, todo esse rebaixamento da independência dos magistrados... (LIMA BARRETO, 2012, p.41).

Lima acusa a imprensa de participar do jogo político de benesses para São Paulo. Ela seria a responsável, após a baixa do café, pela propagação da ideia de uma capital de prosperidade para a classe trabalhadora, portanto, a imprensa escondia a realidade política de favorecimento capitalista em São Paulo, assim não afetando o relacionamento entre os Estados e, ainda, escondia a política de exploração estrangeira, inclusive daqueles que foram tratados, segundo Lima Barreto, como anarquistas no país por causa da greve de 1917.

Havia, porém, dois obstáculos a remover, para que pudessem prolongar essa situação [de enriquecimento e exploração] até onde quisessem. Um consistia na opinião dos trabalhadores estrangeiros, que eles mesmos, sob os mais vários engodos, tinham ido buscar às suas terras e que, por serem mais esclarecidos e instruídos que os nacionais, não se deixariam lograr, trabalhando pela mesma coisa, ou por menos, para que os dirigentes e os seus prestamistas ganhassem de sobra. O outro era a opinião pública do país, que não havia de ver com bons olhos São Paulo, por parte da União, cumulado de dinheiro, de todos os favores e prebendas, enquanto os estados restantes pouco ou mesmo nada recebiam. Para vencer este segundo obstáculo, eles usaram de duas armas: a política e o subsídio à imprensa, esta, às vezes, função daquela, e aquela, em outras, função da última. (LIMA BARRETO, 2012, p.39).

E Lima Barreto, ao falar da imprensa, utiliza do sarcasmo na escrita e coloca em questão a própria função da imprensa e dos intelectuais que atendiam a interesses pessoais, e nunca coletivos. Lima Barreto denuncia, claramente, que a imprensa, tanto carioca como paulista, era subornada por políticos, grandes fazendeiros e pelo Estado. Note-se a forma como Lima refere-se à escrita do intelectual da mídia que se sujeitou aos interesses do grupo *político-agrícola-industrial*<sup>24</sup> de São Paulo:

Não havia nada de São Paulo que não fosse excepcional. A alfaca de São Paulo era um regalo; os sapatos não faziam calos; os biscoitos curavam enxaquecas; os chapéus não deixavam crescer certos ornamentos conjugais; o dinheiro era excelente e os políticos... os mais sábios do mundo. Nada mais justo que, assim sendo, eles viessem a governar todo o país e dar lições de sabedoria governamental aos bisonhos de outras províncias. (LIMA BARRETO, 2012, p.40).

---

<sup>24</sup> Termo utilizado por Lima Barreto.

Lima denuncia um quadro de corrupção do homem dentro da máquina governamental que se alastra e ganha legitimação pela imprensa aliada. É um quadro em que a função do intelectual idealizada por Lima Barreto não consegue florescer, pois os interesses pessoais prevalecem sobre qualquer manifestação de benesses coletiva. Consciente disto e de que o povo não estaria preparado, educado, para entender e se portar à frente da situação Lima Barreto faz seu discurso chamando a atenção do povo, e não como porta-voz daquele: “... o povo “bestializado”, calado de medo ou por estupidez, esquecido de que a violência pode, amanhã, voltar-se sobre um qualquer de nós, desde que tal sirva à plutocracia paulista e ela o exija.” (LIMA BARRETO, 2012, p.41).

Passemos à análise da crônica “As escoras sabichonas” em que Lima Barreto aborda os mesmos jogos de interesses e favorecimento, só que agora na literatura, dentro da Instituição que é a representação do intelectual brasileiro para o mundo: Academia Brasileira de Letras.

### 3.2 “As escoras sabichonas”

Separamos a crônica *As escoras sabichonas* em que fica claro o fracasso da inteligência, crônica essa em que Lima Barreto pincela a sua visão satírica de um Brasil feito de “títulos”, no qual a inteligência perde espaço e é derrotada por falta de articulação com o saber. Essa crônica se refere à posse do médico Aloísio de Castro na Academia Brasileira de Letras.

Não foi encontrada data precisa da publicação – somente o mês e ano em que foi escrita a crônica – e nem a sua publicação original, portanto, não é possível saber em qual periódico/jornal foi publicada a crônica (RESENDE, 2004, vol.I, p.512). Resende (2004) data essa crônica como de abril de 1919, já Barbosa (2002) não registra nenhuma informação, mas ao que tudo indica Resende tem razão em datá-la como de abril de 1919, pois é nesse mês que Aloísio de Castro foi recebido, pelo acadêmico Afrânio Peixoto, na Academia Brasileira de Letras<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (Brasil). *Biografia de Aloísio de Castro*. Rio de Janeiro. <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=90&sid=113>>. Acesso em 03 de mar. De 2013.

Em 1919 Lima Barreto se candidata, pela segunda vez, a uma vaga na ABL, agora pleiteando a cadeira de Emilio de Meneses. Foram necessárias duas eleições – uma em fevereiro e outra em outubro – para ser conhecido o eleito, sendo o vencedor da cadeira o escritor Humberto de Campos (BARBOSA, 2002, p.409). É deste ano também sua segunda estada no hospício e a sua suspensão de colaboração com a revista *A.B.C* por essa ter publicado artigo contra a raça negra (BARBOSA, 2002, p.409). Podemos perceber que é um ano conturbado e de derrotas para Lima Barreto, daí essa crônica ser importante para análise das figurações do intelectual e de como Lima Barreto enxergava as relações entre intelectualidade e poder.

Nesse texto, Lima Barreto, em poucas linhas, faz um resumo da vida do menino, estudante, médico e, agora, imortal Aloísio de Castro. Começa escrevendo que, desde a infância, Aloísio de Castro já se mostrava um “medalhão” e declarava que queria ser o “José Bonifácio do Largo de São Francisco”. Ora, como sabemos, José Bonifácio de Andrada e Silva foi um intelectual, estadista e poeta de grande valor e reconhecimento entre seus contemporâneos, tendo-se destacado para a posterioridade como o “patriarca da independência”. Foi por essa importância, por exemplo, que um monumento foi erguido em sua homenagem no Largo de São Francisco de Paula, pelo imperador D. Pedro II, no ano de 1872 na cidade do Rio de Janeiro. Portanto, pela referência a José Bonifácio, o menino Aloísio demonstrava cultivar pretensões de se tornar um símbolo, um ícone, um medalhão para o país, pretensões essas que, a bem da verdade, poderiam ser vistas como frutos de uma sociedade de homens egocêntricos em que a arte, política, literatura e qualquer outra área do saber devem ser submissas aos planos pessoais de “contribuição” nacional, em que o importante não é o que se deixa de concreto para posterioridade, mas o nome que se cria e supostamente permanece no tempo.

Aloísio de Castro, filho do também imortal Francisco de Castro, estudou no colégio *Kopke*, famoso em seu tempo por ser uma referência na formação básica dos filhos da *Belle Époque*; formou-se em Medicina, ganhando já o título de “doutor” juntamente com um rosário de distinções, que são menções honrosas e distintivas durante o curso de medicina. Em outras palavras, são um reconhecimento que Aloísio de Castro recebera por sua atuação de destaque. Castro, segundo o narrador, teria um rival “obscuro” – numa clara ironia às menções honrosas recebidas por ele – um rival “que está aí obscuro como médico dos subúrbios” (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.48). Talvez esse médico obscuro a que Lima Barreto faz referência tenha sido Carlos Chagas, contemporâneo de Aloísio de Castro na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Carlos Chagas formou-se em 1902 e, para elaborar

sua tese, foi ser orientando de Oswaldo Cruz no Instituto Soroterápico Federal (mais tarde Instituto Oswaldo Cruz), na fazenda de Manguinhos, subúrbio carioca, onde fez estudos sobre a malária. Terminada a tese, em 1903, mesmo ano que se formou Aloísio de Castro, foi exercer a medicina em Niterói, dedicando-se, posteriormente, às descobertas que o fizeram famoso internacionalmente como médico sanitarista, cientista e bacteriologista.

Segundo Lima Barreto, não era o bastante o título de “doutor” para um aspirante à *medalhão*, seria preciso fazer “descobertas”, inovações na área do saber para ser “consagrado benfeitor da humanidade”. A forma irônica como Lima Barreto trata a posse de Aloísio de Castro é uma crítica direta ao pensamento que seus contemporâneos têm em relação à arte: para eles, ela só serviria para o homem tornar-se um *medalhão*, sendo, portanto, desprovida de qualquer função social.

Talvez a grande descoberta, ou melhor, colaboração de que Aloísio de Castro tenha participado, e a que Lima Barreto faz alusão em sua crônica, seja a do movimento sanitarista e em relação à doença de Chagas na década de 1910, quando tornou-se diretor-geral da Faculdade de Medicina (1915-1924), mas os estudos sobre a doença de Chagas já haviam iniciado em 1902. Para Lima Barreto, é falsa essa evolução de Aloísio de Castro, que supostamente começa na aquisição do título doutoral, passa pela contribuição à humanidade e termina nas letras, estando presente até na biografia que a Academia Brasileira de Letras disponibiliza *online*: “Tudo indicava que o novo médico seria um grande nome na sua carreira, mas não se podia prever o ecletismo da atividade literária e seu interesse pela música”<sup>26</sup>. Lima vai apontar que essa evolução intelectual, que se consagra com a posse na Academia Brasileira de Letras, referência do que era intelectualidade no país, é uma ilusão com o saber.

Lima Barreto usa a figura de Aloísio de Castro para exemplificar a intelectualidade do seu tempo, e para tal utiliza no seu texto uma linguagem sutil, porém bem sarcástica, que vai ridicularizar instituições de “intelectuais” como a Academia Brasileira de Letras. “Intelectual” surge, aqui, entre aspas porque Lima, com bastante humor, desqualifica a intelectualidade da Instituição, no que tange a sua forma de seleção excludente e reacionária. Então, Lima Barreto potencializa ao extremo as “qualidades” dos membros da Instituição, fazendo uma valorização exagerada, inclusive, da própria Academia; ele exagera nesse trabalho de sarcasmo sem ser agressivo: “Aloísio queria a glória literária. As musas não falam a todos os mortais, mas a academia tem recepções.” (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.49).

<sup>26</sup> ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia de Aloísio de Castro*. Rio de Janeiro. <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=90&sid=113>> Acesso em 27/10/2012.



Mas essa ligação ou recepção com as musas da literatura e do saber é ilusória; os intelectuais da ABL constroem uma relação de ilusão com o saber, em contrapartida, as musas do saber zombariam da ignorância destes homens. Podemos perceber que Lima Barreto retrata o intelectual como um ser em completa ilusão com o conhecimento, mas que vive bem nessa relação por causa das glórias que as letras lhe dão. Perceba que glória aqui não significa estar em sintonia com o mundo das letras, mas, sim, reconhecimento de intelectual na sociedade devido a ser membro de uma instituição que – mesmo fechada, excludente e que seleciona pelo viés social, e não intelectual –, ainda assim é influente e considerada sinônima de intelectualidade nacional.

Elas [as musas] não [repelem os intelectuais], entretêm-nos nas suas tolices e desonestidades mentais, para zombar eternamente das suas vaidadezinhas, deixando-lhes os livros nas estantes da livraria ou sob o pó das bibliotecas. Há, porém, um recurso, são as academia e arcádias. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.49). [grifo nosso]

O próprio Lima Barreto (1956, vol.X) afirma que todos são desejosos da glória que as letras lhe dão, inclusive ele, porém não basta ter somente intimidade com o mundo das letras, é preciso ter apadrinhamento. Neste sentido é que Lima vai falar da busca pela glória que Aloísio de Castro fez. De acadêmico de medicina, Aloísio torna-se diretor da “sociedade sábia”, ou seja, da Faculdade de Medicina. Lima Barreto, de forma irônica e com humor, justifica a ascensão profissional do médico Aloísio de Castro:

Pouca gente tem essa honra; e quase sempre, os maiores sábios sofrem repulsão nos seus primeiros passos, dos seus próprios colegas e entendedores do assunto. O doutor Aloísio, não; ele foi como Minerva que saiu completa e sábia da cabeça de seu pai Júpiter. Convém que os eruditos notem esse acontecimento brasileiro que vem mostrar que a mitologia não é coisa tão fantástica como parece à primeira vista...(LIMA BARRETO, 1956, vol.X, pp 48-49).

Lima traça de início um quadro em que Aloísio de Castro pudesse ter sofrido represálias, por parte de conservadores da faculdade, por em pouco tempo, e jovem, ter assumido a direção da Faculdade de Medicina, porém isso não é pura ironia de Lima. Segundo Lima Barreto, Aloísio de Castro não teria o que temer, pois “ele foi como Minerva que saiu completa e sábia da cabeça de seu pai Júpiter”. Ora, como sabemos o pai de Aloísio é Francisco de Castro, médico e imortal da Academia, portanto, Lima Barreto faz uma clara ligação entre a sua ascensão profissional e o apadrinhamento, ele nos aponta para as relações de favorecimento dentro da Academia na seleção dos seus imortais, não sendo a produção

literária o mais importante neste momento; mais uma vez o mulato de Todos os Santos desqualifica intelectualmente os membros da ABL e a própria Instituição.

Se Aloísio foi favorecido, desde a infância, pelo *status* que o pai desfrutava na *Belle Époque*, seja na medicina ou nas letras, não cabe aqui questionar tal ideia que Lima Barreto faz sobre o médico e imortal Aloísio de Castro, o que nos compete é analisar o retrato decadente que ele pinta de nossas letras e sociedade tomando como objeto não pessoas em específico, mas casos como o de Aloísio de Castro em que sua ascensão à condição de imortal da Academia Brasileira de Letras nos mostra a falta de compromisso com a arte em detrimento de uma escrita vernácula, de condição social e, porque não dizer, racial.

Com essa crônica Lima nos fornece um quadro do seu tempo em que a intelectualidade brasileira está ligada ao apadrinhamento e a relações de poder. Lima Barreto, que tentou por três vezes uma vaga na Academia Brasileira de Letras, sentiu na pele o poder de exclusão que seleciona conforme a posição social e cor da pele, o quesito literário não constituindo requisito primário. Daí Lima Barreto, com seu tom irônico, dizer que “será *chic* e quantas mais forem as sociedades sábias e *chics* a que pertencermos, mais sábios seremos nós daquilo que não sabemos.” (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.50).

Essa noção de intelectualidade, que se refere aos “sábios” que não “sabem” o assunto de que falam, porque não leram, fica mais irônico no texto de Lima Barreto quando ele comenta o discurso de Afrânio Peixoto, ao receber Aloisio de Castro. Lima usa do vocábulo “patrocínio” para qualificar Aloisio de Castro como homem de letras, este teria sido “patrocinado” por Afrânio Peixoto. É uma referência ao discurso de Afrânio Peixoto quando da recepção de Aloisio de Castro.

Ei-lo [Aloisio de Castro] literato é homem de letras, sob o patrocínio de Afrânio Peixoto. E para notar o que o Senhor Peixoto diz, conforme está no seu discurso, que o Senhor Castro tem os seus livros todos arrumadinhos nas estantes; as lombadas enfileiradas, com o rigor de soldados de um pelotão alemão. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.49).

Mas o sarcasmo do texto de Lima Barreto se encontra no trecho em que ele evoca, no discurso de Afrânio Peixoto, o fato de os livros de Aloisio de Castro estarem na estante todos bem arrumados, num rigor de organização. Isto denota duas coisas: a primeira é que estão ali para serem vistos; e a outra é que, servindo à exacerbação de intelectual, Aloisio de Castro não os lê, nem os consulta. Mesmo sem ler ou consultar os livros, Aloisio de Castro é tratado como um “estudioso”, portanto, por meio dessa ironia de Lima Barreto fica em evidência que, numa sociedade de aparências, basta ter os livros e parecer que os leu ou os consultou para ser

tratado como um “estudioso”. Isto resulta da falta de articulação com a inteligência e os livros.

É traço psicológico [a organização rigorosa dos livros] que o Senhor Miguel Couto já tinha registrado no mesmo doutor Castro. Não sabemos o que conclui daí; mas o lógico é pensar que o Senhor Aloisio não mexe nos livros, não os lê, nem os consulta e é um estudioso. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.49).

Vale salientar que o próprio Lima Barreto confessa que não lera os discursos de Afrânio Peixoto e Aloísio de Castro, mas faz uma série de ponderações sobre eles. Entretanto, Lima Barreto, aparentemente, vai incidir na mesma questão da sua crítica: a dos “sábios” que não “sabem” do assunto que falam porque não leram: “ Nós, **verdadeiramente**, não lhe lemos o discurso, nem o do seu paraninfo. Evitamos fazê-lo para não nos estendermos mais.” (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.50) (grifo nosso).

Pelas próprias palavras de Lima Barreto podemos perceber que ele não leu, propriamente, os discursos, mas somente trechos. Isto aparece como ironia de Lima Barreto, já que estes trechos lidos se tornam, para Lima, o necessário para desqualificar os discursos de Afrânio Peixoto e Aloisio de Castro. Acrescente-se a isso que, por não pertencer a nenhuma “sociedade sábia”, Lima não se considera um “sábio”, portanto, estaria, desta forma, “livre” de incidir na mesma questão que critica. Então, registrar que não lera “verdadeiramente” os discursos criticados, algo que poderia ser omitido sem prejuízo do texto, é personificar a ironia sobre os “sábios” que não leem os livros e, mesmo assim, falam sobre eles.

Separamos um trecho de João Ribeiro<sup>27</sup>, num comentário de 1919 sobre a candidatura de Lima Barreto a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, em que ficam claras as “formalidades” que a Academia exigia para tornar-se um acadêmico, são formalidades de ordem estética e social e não de arte.

Neste momento, cremos, é candidato [Lima Barreto] a uma vaga na Academia Brasileira de Letras; em princípio, poucos, pouquíssimos, poderiam disputar-lhe essa consagração. Entretanto, há razões práticas que o excluem daquela competência. Uma delas, por ventura a única de consideração, é fruto da sua própria negligência. Acadêmico que sou, não quero nomeá-la por não cometer um doesto [injúria], levantar um queixume ou autorizar uma injustiça. Em todo caso, a Academia que não peca por exclusivos, cremos, antes pelo contrário realiza as mais largas condescendências, não é nem pode ser o país da boêmia... Mas Lima Barreto entraria pela porta principal e talvez pela minha mão, se fosse ela firme, e eu pudesse estender-lha. (BARBOSA, 1956, vol.X, p.230).

<sup>27</sup> João B. Ribeiro de Andrade Fernandes, sergipano, jornalista, crítico e filólogo, eleito para Academia Brasileira de Letras em 1898 e recebido por José Veríssimo em 30 de novembro de 1898. Artigo publicado “Crônica Literária”, por João Ribeiro. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 21/04/1919.

Mesmo João Ribeiro sendo um crítico favorável a Lima Barreto – publicou uma crítica positiva no jornal *O Imparcial* (1917) sobre o romance *Numa e a ninfa* –, o que nos fica claro neste trecho é que João Ribeiro, mesmo votando em Lima Barreto<sup>28</sup>, não desconsidera o que ele chama de “razões práticas” que é a vida boêmia de Lima, sua fama de bêbado, notívago, em suma, sua condição social estava mais em jogo na candidatura à Academia do que propriamente a sua obra *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

Se a condição social, o vocábulo vernáculo e o reconhecimento das “sociedades sabichonas” eram mais importantes que propriamente a obra para uma vaga na Academia, Aloísio de Castro se destacava, pois reunia em si essas condições básicas para pleitear uma vaga na Academia:

Fidalgo de estirpe, tendo a sua árvore genealógica nos jardins do espírito e, particularmente, no de Acadêmico, o sr. Aloísio de Castro não podia fugir, assim, ao molde elegante que lhe foi destinado nas letras. Enclausurado desde menino na biblioteca paterna, foi-lhe crescendo aí, com o vulto e o entendimento, o gosto das boas humanidades. (CAMPOS, 1962, p. 328).

E Humberto de Campos ainda acrescenta mais uma qualidade em Aloísio de Castro privilegiada pela crítica de sua época: “Quem examina a obra em prosa do Sr. Aloísio de Castro, é impressionado logo, pela sua tendência, ou melhor, pela sua paixão da oratória. (CAMPOS, 1962, p. 329).”

Lima Barreto vai tocando neste ponto da exclusão social, do intelectual que vive a ilusão com o mundo do saber e o que a Academia privilegia em se tratando de literatura, que seria a linguagem mais apurada e dada à oratória, portanto, a ênfase é na forma e não no conteúdo. Evidente que o primeiro pré-requisito para ser membro da Academia vai ser a condição social, aqueles que não desfrutam de tal condição social ou não estão dentro da estética privilegiada pela Academia são considerados “menores”. E Lima ressalta que estes “menores” são visto como “devassos, bêbados e ignorantes” (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.49).

As crônicas de Lima Barreto, a bem da verdade o conjunto da sua obra literária, carregam certa mágoa da preterição que o autor sofreu no mundo das letras no tempo da *Belle Époque*, justificada, quase sempre, pelo seu alcoolismo como fizera o crítico e acadêmico João Ribeiro: “A Academia... não é nem pode ser o país da boêmia...” (BARBOSA, 1956, vol.X, p.230). A preterição sofrida o leva a ironizar os “doutores”, grupos, conselhos, faculdades, enfim, qualquer agremiação de cunho “doutoral” que em busca da glória e

<sup>28</sup> Francisco de Assis Barbosa nos diz que Lima Barreto obteve apenas dois votos no primeiro escrutínio, e nos três restantes apenas um. O voto constante é atribuído a João Ribeiro. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Notas de revisão de Beatriz Resende. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p. 289.

reconhecimento na sociedade mergulhava no mundo das letras como sinônimo de ápice intelectual. Entretanto, é preciso deixar claro aqui que Lima Barreto não sofreu, propriamente, da falta de reconhecimento pela crítica do seu tempo, mas, sim, de preterição por não se enquadrar nas preferências da Academia Brasileira de Letras, fosse pela posição social ou pela cor.

A Lima Barreto tudo foi negado, exceto o reconhecimento do talento que o colocava em divergência com a enfiada mediocridade e mesmo com seus semelhantes em literatura. Foi um singular caso de preterição sempre justificada pelos preteridores, apontando-lhe negligências, violências, amarguras e vício do álcool. (SILVA, 1976, p. 49).

O caso do médico Aloísio de Castro, conforme narrado na crônica de Lima Barreto, nos mostra como a falta de articulação entre o saber e o homem cria o fetichismo do intelectual, bem como aponta para a derrota da inteligência. O apadrinhamento e a forma de seleção que se fazia para o mundo da intelectualidade brasileira no início do século XX denotam que os intelectuais contemporâneos de Lima Barreto estavam distantes de realizar a meta barretiana do intelectual, que é sua escrita com função social. A ausência dessa função, para Lima Barreto, estava distanciando os homens e não concatenando a humanidade como a idealizava.

Lima Barreto vai se reportar até mesmo a casos aparentemente sem importância, para, mais uma vez, criticar a falta de engajamento sociológico do intelectual e o uso da inteligência a serviço do superficial. Portanto, passemos a outra crônica a fim de analisar a visão de Lima sobre a prática do futebol no Brasil pelas classes dominantes. O futebol, para Lima Barreto, mostrava o quão supérfluo tinha-se tornado nossa inteligência, ao se ocupar de uma prática que não traria benefício para os problemas urgentes do homem republicano, mas reavivaria o preconceito de cor, nunca extinto com o advento da República, afastando, assim, cada vez mais os homens.

### **3.3 “Bendito football”**

Lima Barreto vai abordar a intelectualidade brasileira não somente na literatura, ou na política, mas também em casos considerados sem grande importância, nos quais, com seu

olhar de observador social, podia perceber como a intelectualidade brasileira estava revestida de falsidade intelectual e preconceitos raciais, cega para os problemas sociais e os subúrbios. Um desses casos sobre os quais Lima Barreto vai se debruçar de forma incisiva é o esporte, em especial o futebol. A abordagem sobre a intelectualidade brasileira do seu tempo vai recair sobre a postura, o comportamento e a participação do intelectual na sociedade.

Partindo deste princípio, Lima Barreto vai se posicionar sobre qualquer manifestação que aponte para o comportamento dos intelectuais da República Velha, comportamento que eleva nossa intelectualidade a grupo elitizado que tinha como base a cultura europeia do que é ser intelectual. Como já salientado, a europeização do Brasil é a principal característica dos intelectuais da *Belle Époque*, portanto, uma imitação nos costumes, gostos, usos, enfim, do modo de vida europeu contribuiria, supostamente, para transformar o Brasil num país moderno. Neste sentido o *ser* intelectual exigiria também imitação da intelectualidade europeia, entretanto, isto, propriamente, não era problema para Lima Barreto, afinal, segundo Oakley (2011), suas influências literárias são, sobretudo, estrangeiras. A questão é que para Lima Barreto não basta somente imitar ou se inspirar na cultura europeia, mas, sim, que esta ação venha preenchida com a contemporaneidade e compromisso com as questões nacionais; é esse relaxamento dos intelectuais que Lima Barreto critica, pois vai desconsiderar justamente o brasileiro, sua raça pluralizada, os problemas sociais, clima, espaço, ambiente entre outras coisas. Por isto Lima Barreto vai ridicularizar o advento do *football* em nosso seio como esporte praticado por intelectuais em que o negro não tem espaço por motivo de preconceito racial.

Em crônica intitulada ironicamente de “Bendito Football”, publicada na Revista *Careta* em 01 de outubro de 1921 (RESENDE, 2004, vol.II, p.432), Lima Barreto, com humor, vai tratar de temas importantes a partir do futebol, mas sempre de forma negativa, relatando os malefícios que tal esporte causava em seu tempo. Ao mesmo tempo em que faz o uso à vontade da ironia, Lima Barreto se utiliza da sinceridade, sendo direto em seus “ataques” e na defesa do intelectual como um agente de comunhão entre os homens e não de dissensão.

Lima Barreto escreveu sobre o futebol por mais de uma vez. Além da crônica “Bendito *Football*” (1921), ele escreveu, segundo Resende (2004), “O football” (1922); “Os macaquitos” (1921); “Vantagens do football” (1920); “Uma partida de football”(1919) entre outras em que figurava o futebol direta ou indiretamente, mas sempre tratado como prática não condizente com o papel social do intelectual. Entre essas crônicas a escolha de “Bendito

*Football*”, de 1921, é por ela ser a mais forte no que tange ao preconceito racial e ao futebol como esporte de dissensão.

Antes de adentrar na crônica em questão é importante ressaltar a escrita em inglês do vocábulo “futebol”. *Football*, além de aparecer grafado em inglês, surge destacado. Isto denota o humor com que Lima Barreto trata do estrangeirismo na escrita, visto como sinônimo de intelectualidade. Portanto, no futebol, o uso de palavras do vocabulário anglófono representa estar em contato com o mundo intelectual, aliás, jogar futebol já significaria isso. Vale salientar que, segundo Mario Filho (1947), em campo os diálogos eram em inglês, bem como a denominação das posições, portanto, não é uma simples grafia, mas indício de que a elite brasileira visava aprumar-se de acordo com a cultura estrangeira.

O futebol chega ao Brasil no final do século XIX e é difundido entre as classes mais abastadas de São Paulo e Rio de Janeiro, logo se tornando um esporte das elites, mas praticado, de certa forma, por todos: brancos e negros, pobres e ricos. Entretanto, em campeonatos oficiais, e em clubes mais conservadores, como o Fluminense, o negro não participava, e se participava era com “pó-de-arroz” na pele escondendo assim a cor (FILHO, 1947, p.62).

Lima Barreto constrói essa crônica enumerando, primeiramente, os “serviços” prestados pelo futebol numa clara crítica ao papel desempenhado por intelectuais de jornais e da política. Ele não gostava do valor dispensado ao futebol pela imprensa justamente por achar que o referido esporte não contribuía para a prosperidade material e intelectual do Brasil: “Não há dúvida alguma que o *football* é uma instituição benemérita, cujo rol de serviços ao país vem sendo imenso e parece querer não ter fim.” (LIMA BARRETO, 2004, v.II, p.432). A ironia reside no fato de Lima Barreto qualificar o futebol como instituição, e não como esporte, de caráter benévolo que não se cansa de suas boas intenções na prestação de “serviços” à sociedade civil, portanto, merecedora de todas as honras.

Nesse início de crônica, Lima Barreto vai enumerando os “serviços”, que de fato seriam desserviços, praticados pelo futebol, apontando para a superficialidade dos intelectuais. Entre os “serviços” prestados pelo o futebol à sociedade Lima Barreto destaca a notoriedade que o esporte deu a figuras desconhecidas, sempre citadas em jornais e revistas que divulgavam as grandes festas promovidas pelo futebol.

Um deles [serviço], senão o primordial, é ter trazido, para notoriedade das páginas jornalísticas e das festas e rega-bofes dos Césares destas bandas, nomes de obscuros cavalheiros, doutores ou não, sequiosos de glória, que, sem ele, não teriam um destaque qualquer, fosse de que natureza fosse. (LIMA BARRETO, 2004, vol.II, p.432). (grifo nosso).

Essa notoriedade dada ao futebol e aos seus patrocinadores e participantes nos jornais significa, para Lima Barreto, o quão absorta estava nossa intelectualidade em casos pequenos e que em nada contribuía para nossa humanidade. Outro “serviço” prestado pelo futebol à sociedade se refere ao esporte como um fator de dissensão, e aqui Lima indica que em 1921 já ocorriam investimentos, por meio de apostas, consideráveis no futebol, e isto aumentava a tensão entre os bairros.

Ele [o futebol] tem conseguido, graças a apostas belicosas e rancorosas, estabelecer não só a rivalidade entre vários bairros da cidade, mas também o dissídio entre as divisões políticas do Brasil. Haja vista o que tem se passado entre São Paulo e Rio de Janeiro e vice-versa, por causa de jogo de pontapés na bola. (LIMA BARRETO, 2004, vol.II, p.432).

Mas o principal fator de dissensão do futebol não se encontra nessa rivalidade entre bairros e estados, é mais amplo e enraizado no homem, ele se encontra no preconceito racial, e aí começa o tema principal desta crônica de Lima Barreto: o futebol, para Lima Barreto, tinha legitimado o preconceito de cor no país.

Mário Filho (1947) nos fala que quando o futebol começou a ficar popular, o negro, ainda sim, não teve espaço neste esporte, faltava-lhe posição social e a cor branca. Segundo Mário Filho (1947), o mais importante para alguns clubes, como o Fluminense, era a posição social do jogador, muito mais que uma questão de cor. Essa não deixa de ser uma visão romântica de Mário Filho sobre o futebol em que ele tenta demonstrar o preconceito no esporte pelo viés social, e a questão racial entraria como secundária. Por mais que haja essa visão romântica por parte de Mário Filho, podemos perceber, em seu texto, que o futebol excluiu o negro do seu quadro, sendo-lhe facultado participar em jogos não-oficiais ou disfarçados de branco como afirma Filho (1947).

Se para determinados clubes a posição social sobrepujava a cor, para outros somente uma política segregacionista poderia livrar o futebol dos negros. Assim, é que Lima Barreto se mostra indignado com a política de segregação racial imposta pela República: já não bastava o descaso com o negro, era preciso legitimar em lei o absurdo. O esporte, que ganhou admiração dos intelectuais, e praticado por brancos ricos, não poderia ter em seu quadro homens negros em competições internacionais. A decisão coube ao então Presidente do Brasil Epitácio Pessoa.

Foi a sua resolução [refere-se ao Presidente Epitácio Pessoa] de que gente tão ordinária e comprometedora [negro] não devia figurar nas exportáveis turmas de jogadores; lá fora, acrescentou, não se precisava saber que tínhamos no Brasil semelhante esterco humano. (LIMA BARRETO, 2004, vol.II, p.433).



A política imposta por Epitácio Pessoa de segregação racial demonstra que a República favorecia somente aos ricos e brancos do país, e faz despertar em Lima Barreto uma série de críticas quanto ao uso que se faz da inteligência e à função dos intelectuais republicanos que valorizavam os interesses pessoais numa clara cultura da plutocracia. Se o futebol é uma prática que em nada contribui para o crescimento humano, material e intelectual de uma sociedade, barrar o negro o coloca em condição ainda pior que tal esporte, pois o mesmo não seria digno de figurar em uma competição; daí Lima Barreto, em seu texto, comparar o negro na sociedade a um esterco humano, pois na verdade, com a decisão de Epitácio Pessoa, era isso que se legitimava no país: o negro não seria nada mais que um esterco humano.

Lima Barreto vai focar o questionamento que a sociedade futebolista fazia em relação ao negro: se ele poderia ou não participar de competições internacionais. Ora, para Lima Barreto isso era uma questão preconceituosa e digna de figurar na superficialidade que acometia os nossos intelectuais, daí ele comparar tal questionamento à política de segregação racial em que Igreja Católica, no passado, se questionava da participação do negro no seu clérigo.

A Igreja fazia, fez ou faz uma indagação semelhante que tinha o nome, se a minha ignorância não me trai, de processo de *puritate sanguinis*. Isto, porém, ela fazia para os candidatos a seu sacerdócio, - coisa extraordinariamente diversa de um simples habilidoso que sabe, com maestria e brutalidade, servir-se dos pés, como normalmente os homens fazem com as mãos, para jogar bola de cá para lá, da esquerda para adiante, de trás pra frente e vice-versa. O sacerdote é o intermediário entre Deus e os homens; um futebolesco, o que é? Não sei. (LIMA BARRETO, 2004, vol.II, p.433).

Dada a decisão do Presidente Epitácio Pessoa, Lima faz questionamentos a respeito da real função social do futebol, e chega à conclusão de que seu objetivo seria provocar a dissensão no povo.

A providência, enquanto perspicazmente eugênica e científica, traz no seu bojo ofensa a uma fração muito importante, quase a metade, da população do Brasil; deve naturalmente causar desgosto, mágoa e revolta; mas – o que se há de fazer? O papel do *football*, repito, é causar dissensões no seio da nossa vida nacional. É a sua alta função social. (LIMA BARRETO, 2004, v.II, p.433). (grifo do autor).

Mário Filho (1947) em seu trabalho sobre o negro no futebol, apesar de romantizar a participação do negro e tratar, por vezes, como uma separação entre ricos e pobres (brancos e negros), ainda assim nos aponta para o problema do preconceito, porém isto não é explorado,

pois ao final o futebol entra como fator de integração nacional, ideia diversa daquilo que Lima Barreto observou e registrou.

Filho (1947) afirma que o futebol, para o Governo brasileiro, era um esporte de dissensão, portanto, a política de segregação racial imposta a partir do futebol é consciente, e não somente a assimilação de um esporte europeu, mas uma tentativa de europeizar o Brasil, inclusive na raça. Mas note-se como Mário Filho comenta isso de forma sutil, e sem penalizar o futebol ou qualquer autoridade política e intelectual, bem como sem explorar que no episódio, que se refere a uma briga entre argentinos e brasileiros, gerada em uma partida de futebol, na qual o principal envolvido no tumulto é um jogador mulato, Artur Friedenreich, filho de pai alemão branco e mãe brasileira negra (FILHO, 1947, p.16):

Por causa disso houve passeatas na Avenida Rio Branco contra a Argentina, o Itamarati chegou à conclusão de que o futebol não aproximava os povos, pelo contrário, o melhor era o Brasil não disputar mais nenhum campeonato sul-americano. (FILHO, 1947, p.147).

Lima Barreto (2004) passa a ridicularizar o futebol como esporte de intelectuais que trabalhavam com os pés pela nossa prosperidade material e intelectual, e faz críticas contundentes, a partir de questionamentos irônicos, sobre o preconceito racial. Entre esses questionamentos Lima Barreto ressalta o dinheiro, proveniente dos negros, que os clubes de futebol aceitam.

O que me admira, é que os impostos, de cujo produto se tiram as gordas subvenções com que são aquinhoadas as sociedades futebolescas e seus tesoureiros infiéis, não tragam também a tísica, os estigma de origem, pois uma grande parte deles é paga pela gente de cor. Os futeboleiros não deviam aceitar dinheiro que tivesse tão malsinada origem. Aceitam-no, entretanto, cheios de satisfação. Não foi à toa que Vespasiano disse a seu filho Tito que o dinheiro não tem cheiro. (LIMA BARRETO, 2004, vol.II, p.434).

E oferece uma “solução” para os clubes que abdicassem do dinheiro de “malsinada origem” não ficarem sem o devido patrocínio. Perceba-se a forma sarcástica com que Lima faz a ligação entre a política de segregação racial do Governo e o futebol como esporte de dissensão:

Havia uma solução para resolver esse congesto estado de coisas: o governo retirava do doutor Belisário Pena as verbas com que ele socorre as pobres populações rurais, flagradas por avarias endêmicas que as dizimam ou as degradam; e punham à disposição do *football*. Dava-se o seguinte: o *football* ficava mais rico e mais branco; e a gente de cor, de que se compõe, em geral, os socorridos por aquele doutor, acabava desaparecendo pela ação da malária, da opilação e outras moléstias de nomes complicados que não sei pronunciar e muito menos escrever. (LIMA BARRETO, 2004, vol.II, p.434). (grifo do autor).

E continua, na sua ironia, descrevendo que o lógico seria o governo investir no futebol em detrimento da gente simples do subúrbio, e pontua a política de europeização da raça no Brasil a partir do futebol, bem como aponta para a associação entre o futebol e intelectualidade demonstrando, assim, a superficialidade da intelectualidade daqueles que tomavam a prática e engajamento com o futebol como característica do intelectual:

O governo, procedendo assim, seria lógico consigo mesmo. Ilógico é querer conservar essa gente tão indecente e vexatória, dando-lhes médico e botica, para depois humilhá-la, como agora, em honra do *football* regenerador da raça brasileira, a começar pelos pés.[...] Os maiores déspotas e os mais cruéis selvagens martirizam, torturam as suas vítimas; mas as matam afinal. Matem logo os de cor; e viva o *football*, que tem dado tantos eminentes ao Brasil! Viva! (LIMA BARRETO, 2004, vol.II, p.434). (grifo do autor).

E encerra sua crônica fazendo sua “vingança” intelectual, a qual ele chama, com toda razão, de “nossa vingança”, num irônico *Post Scriptum*:

A nossa vingança é que os argentinos não distinguem, em nós, as cores; todos nós, para eles, somos *macaquitos*. A fim de que tal não continue seria hábil arrendar por qualquer preço, alguns ingleses que nos representassem nos encontros internacionais de *football*. Há toda a conveniência em experimentar. Dessa maneira, sim, deixávamos todos de ser *macaquitos*, aos olhos dos estranhos. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, pp.96-97).

Lima Barreto era um observador que selecionava e cortava as matérias de jornais para depois se reportar sobre os mais diversos assuntos, ou ainda, por meio de suas andanças pela cidade carioca, do centro ao subúrbio, do subúrbio ao campo, fazia contato direto com a cidade e diversidade humana passando suas impressões para escrita, característica típica do cronista como frisa Sá (2005) em seu livro *A crônica*<sup>29</sup>. Suas crônicas são importantes para que possamos lançar mais luz sobre este período de conturbações históricas e literárias do Brasil chamado *Belle Époque*.

Passemos a uma última crônica que aborda a influência estrangeira na formação da nova geração de intelectuais na época de Lima Barreto, especificamente na literatura. A crônica a seguir é uma das mais humorísticas de Lima: ele crítica as pretensões dos jovens paulistas do Modernismo, mas com bom humor, ironia e sem desmerecer o grupo paulistano.

---

<sup>29</sup> Sá, Jorge. *A crônica*. Série Princípios. 6ª ed. São Paulo: editora ática, 2005.

### 3.4 “O futurismo”

Lima Barreto morreu em novembro de 1922, portanto, ele tomou conhecimento da Semana de Arte Moderna que ocorreu em fevereiro daquele ano em São Paulo. Como sabemos, este movimento, liderado por jovens escritores paulistas, é considerado o marco oficial do Modernismo no Brasil, e Lima, segundo Barbosa (2002), que já era bastante conhecido no mundo das letras, era uma espécie de guia para muitos jovens escritores. Muitos procuravam sua crítica, e Lima sempre foi gentil em suas orientações aos novos escritores. Mas não parece ser o caso do grupo de São Paulo; eles não procuraram Lima Barreto em busca de “orientações”, mas, sim, pelo fato de reconhecerem em Lima um intelectual que pudesse fazer uma crítica positiva nas revistas e jornais do Rio de Janeiro. O que é apresentado a Lima Barreto é o primeiro manifesto daquilo que viria a ser denominado Modernismo posteriormente. Neste primeiro manifesto o caráter de rompimento com as estéticas do passado é o mais latente. Sendo assim, os jovens escritores são acusados de se inspirar em vanguardas europeias, como o Futurismo, que aqui se assimilaria ao contexto cultural e literário brasileiro.

A importância de abordar essa crônica reside no fato de que Lima Barreto, mais uma vez, demonstrando sua fidelidade ao seu ideal de arte, vai se postar contra os estrangeirismos no país que não contribuem para a comunhão da humanidade, ou ainda, que não favorecem para o entendimento entre os homens. O escritor carioca toma contato com os jovens paulistas por intermédio do seu amigo Sergio Buarque de Holanda que lhe entregou um exemplar do primeiro manifesto modernista, a Revista *Klaxon*, revista mensal de arte moderna que circulou em São Paulo de maio de 1922 a janeiro de 1923, e tinha como missão divulgar o movimento modernista.

Como a primeira edição circulou em maio de 1922 e a crônica de Lima Barreto data de 22 de julho de 1922 na revista carioca *Careta*, inferimos que Lima Barreto possa ter lido a primeira ou a segunda edição da *Klaxon* que saiu em 15 de junho. Como essa crônica surgiu a partir de um exemplar da *Klaxon*, recebida pelas mãos do amigo Sergio Buarque de Holanda, ela se torna pontual, mas, claro, mantém uma relação de semântica com o conjunto da sua escrita que é a sua defesa de arte com função sociológica.

Por se tratar de uma crônica pontual, não há um desenvolvimento especificamente sobre o Futurismo, em que pudéssemos perceber variações de um texto para outro produzido neste período de publicação da crônica “O futurismo”. Mas há uma relação de sentido, no que

se refere à arte como função sociológica, entre as crônicas publicadas naquela mesma edição da Revista *Careta*.

Lima Barreto tivera, além da crônica “O futurismo”, naquele mesmo dia, 22 de julho de 1922, duas crônicas publicadas na *Careta* e uma na Revista *Hoje* (RESENDE, 2004). O fato torna-se inusitado por se tratar de temáticas diversas, mas que podemos unir por uma linha de pensamento que é acerca do intelectual e da intelectualidade: “palavras dum simples”, publicada na Revista *Hoje* aborda a plutocracia na política brasileira; “Vestidos modernos”, publicada na *Careta*, trata, de forma cômica, o que há de supérfluo da moda brasileira em seguir os europeus; “O ‘Estácio’ atual”, também publicada na *Careta*, versa sobre a nova intelectualidade brasileira distante do que é contemporâneo na época de Lima Barreto. Todas essas crônicas são pontuais, mas unidas pelo mesmo viés que é o intelectual e sua função na sociedade.

A crônica “O futurismo” é uma crítica bem-humorada aos jovens paulistanos do modernismo. A crônica foca, em tratar com humor a temática e a pretensão do *novo* expressos na *Klaxon*. Para Lima Barreto, a apresentação do Futurismo pelos modernistas no primeiro manifesto da estética paulistana, Revista *Klaxon*, é desnecessária, velha e tema encerrado para os seus contemporâneos. Daí Lima, que se encontrava no final da vida, escrever uma crônica repleta de humor em relação aos jovens modernistas.

São Paulo tem a virtude de descobrir o mel do pau em ninho de coruja. De quando em quando, ele nos manda umas novidades velhas de quarentas anos. Agora, por intermédio do meu simpático amigo Sérgio Buarque de Holanda, quer nos impingir como descoberta dele, São Paulo, o tal de “futurismo”. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p. 67).

A ironia do escritor carioca reside no fato de que, para Lima Barreto, os jovens paulistas estavam resgatando uma estética já batida na Europa e bem conhecida aqui. Sua crítica é à pretensão do *novo* que o movimento quer por cá impor. Podemos perceber que por *novo* Lima Barreto entende que seja algo que se dá na imanência, ou seja, não está fora do mundo, portanto o *novo* carrega em si todo um passado no presente, daí não poder desconsiderar o passado quando se pretende *novo*.

Mas é bem verdade que o movimento modernista não tinha em si a ideia de *novo*, e, sim, de *atual* na literatura brasileira, portanto, não pretendia renegar o passado, mas se aprofundar no *agora* como assina a Redação da primeira edição: “Klaxon sabe que a vida existe. E, aconselhado por Pascal, visa o presente. Klaxon não se preocupará de ser **novo**, mas

de ser **atual**. Essa é a grande lei da novidade.” (REVISTA KLAXON, nº 1, 1922, p. 02, grifo nosso).

Note-se que *novidade* para os modernistas significava ser *atual*, portanto se debruçavam sobre o *agora*. Em outras palavras os jovens modernistas paulistas tinham como interesse a estética do seu tempo, rompiam com os clássicos e com a *Belle Époque*. Lima Barreto conhecia que o ser *atual* do Futurismo era, sobretudo, cortar os laços com o passado. Isto explica sua postura irônica frente aos jovens modernistas que pretendiam ser *atuais*, pois sua crônica não se debruça sobre o movimento paulista e suas diferenças em relação ao Futurismo de Marinetti, mas, somente, sobre o fato de ele, o movimento, ter como influxos teóricos e estéticos, o Futurismo italiano de Marinetti.

Ora, nós já sabemos perfeitamente da existência de semelhante maluquice, inventada por um Senhor Marinetti, que fez representar em Paris, num teatro de arrabalde, uma peça – *Le Roi Bombance* – cuja única virtude era mostrar que “il Marinetti” tinha lido demais Rabelais. Sabemos todos que o cura de Meudon floresceu no século XVI. Assim sendo, vejam os senhores como esse “futurismo” é mesmo arte, estética do futuro. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p. 67).

Note-se, no trecho acima, o sarcasmo que Lima Barreto faz com a ideia de *atual* e *novo*. Ele nos fornece um exemplo da influência de Rabelais sobre a obra de Marinetti, o que seria inaceitável para o italiano já que este propõe uma estética de rompimento com o passado. O *novo* de Marinetti, portanto, não é tão “novo”, pois Rabelais, e Lima Barreto acentua isto sarcasticamente, escreveu no século XVI, mas é “atual” no século XX. Sendo assim, o próprio Marinetti não rompe com o passado e, pelo sarcasmo de Lima Barreto, percebe-se que Marinetti não traz nada de “novo” ou relevante, daí Lima dizer, por meio do seu sarcasmo no texto, que o Futurismo “é mesmo arte, estética do futuro”.

Quanto à questão de escrever sendo *atual*, proposta pelos jovens modernistas, Lima Barreto já adotava esse preceito desde sempre, fosse por meio da escrita “desregrada” ou pela estética de arte sociológica que entrava em confronto com a arte produzida e preferida da sua época: a arte que trabalha a arte. Este é outro motivo porque Lima Barreto, na crônica “O Futurismo”, entendia que a estética futurista fosse antiga e ultrapassada, sobretudo, porque ela ia contra o seu ideal de arte que é a comunhão entre os homens:

A originalidade desse senhor [Marinetti] consiste em negar quando todos dizem sim; em avançar absurdos que ferem, não só o senso comum, mas tudo que é base e força da humanidade. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p. 68)

Lima Barreto, como quem observa de longe, vê o entusiasmo dos jovens escritores modernistas de São Paulo como algo positivo para nossas letras, mas achava que, por causa da

paixão pela “nova” estética, não enxergavam seus abusos. Assim, Lima Barreto faz questão de apontar estes abusos:

O que há de azedume neste artiguete não representa nenhuma hostilidade aos moços que fundaram a *Klaxon*; mas sim, a manifestação da minha sincera antipatia contra o grotesco “futurismo”, que no fundo não é senão brutalidade, grosseria, e escatologia, sobretudo esta. Eis aí. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p. 68) (grifo do autor).

Essa é a visão de Lima Barreto; mas certo é que os modernistas enxergavam os abusos do Futurismo e essa propensão para “brutalidade, grosseria e escatologia” de que fala Lima, tanto é que Mário de Andrade, em defesa do movimento modernista e da revista *Klaxon*, escreve artigo ressaltando a proposta modernista e apontando pontos do Futurismo italiano de Marinetti de que os modernistas paulistas discordam, portanto, não seguindo fielmente a cartilha italiana.

Dos 11 parágrafos que formam o manifesto futurista, não aceitamos na totalidade senão o 5º e o 6º... Pelo 9º “glorificar-se-á, além do patriotismo, o militarismo e a guerra”. Não o faríamos. No 10º manda Marinetti que se destruam museus e bibliotecas. Consideramos apenas a reconstrução de obras que o tempo destrói “uma errônea sentimental”. Respeitamos o passado sem o qual Klaxon não seria Klaxon. (ANDRADE, *RK*, , nº 3, 1922, p. 10).

Essa defesa de Mário de Andrade é em resposta a um artigo publicado na revista carioca *O Mundo Literário*, que, segundo o próprio Mário de Andrade, figura como anônimo. Não é possível afirmar que o artigo seja de Lima Barreto, mas certo é que *Klaxon* foi acusada de ser passadista e reacionária, obviamente porque estava sob os influxos do Futurismo de Marinetti. Vejamos algumas passagens deste texto publicado na revista *O Mundo Literário*; é o próprio Mário de Andrade que cita em seu artigo na *Klaxon*:

Pela revista "O Mundo Literário" um anônimo da redação desesperadamente carioquiza para provar que KLAXON é passadista. Leu e não compreendeu; não pensou e escreveu. Provas: "Mau grado os seus ares de modernismo extremo KLAXON mostra-se em matéria de arte francamente conservadora, reacionária mesmo". [...] Ainda: "A apresentação é uma repetição sintética do manifesto futurista de Marinetti, coisa que já vem criando bolor, há não menos de quinze anos...". É mentira. O anônimo está na obrigação de publicar na sua revista o manifesto de 1909 e a nossa apresentação. Provará assim o seu acerto. Se não o fizer, afirmo que é covarde, pois não concede a KLAXON as armas que reclama para se defender. (ANDRADE, *RK*, nº 3, 1922, p. 10).

Como não encontramos o exemplar original da revista *O Mundo Literário*, e como o texto se encontra anônimo não podemos atribuí-lo a Lima Barreto. Verdade é que o movimento atraiu a atenção de outros intelectuais, e aquele que assina de forma anônima faz

coro com Lima Barreto em enxergar o movimento modernista de São Paulo como passadista. Entretanto, Lima vai dizer que o movimento modernista é passadista de forma irônica e com o humor que lhe é peculiar em sua escrita. Ele lhe dá qualidade de arte revolucionária, mas, claro, isto é uma supervalorização de fundo sarcástico:

Recebi, e agradeço uma revista de São Paulo que se intitula *Klaxon*. Em começo, pensei que se tratasse de uma revista de propaganda de alguma marca de automóveis americanos. (...) Estava neste “engano led e cego”, quando me dispus a ler a tal *Klaxon* ou *Clark*. Foi, então, que descobri que se tratava de uma revista de Arte, de Arte transcendente, destinada a revolucionar a literatura nacional e de outros países, inclusive a Judéia e a Bessarábia. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, pp. 67-68).

A forma como Lima Barreto apresenta a *Klaxon*, no trecho acima, carrega uma ironia em relação ao nome da revista: “Em começo, pensei que se tratasse de uma revista de propaganda de alguma marca de automóveis americanos”. De fato *klaxon* é uma marca de buzina de automóveis (AULETE, 2010). Lima, também, vai se utiliza da ironia quando “descobre” qual conteúdo versa a revista, ele exagera na significação do conteúdo enfatizando que se trata de uma revista de arte revolucionária, de “Arte transcendente, destinada a revolucionar a literatura nacional e de outros países, inclusive a Judéia e a Bessarábia”.

E continua em sua desconstrução do movimento modernista como arte revolucionária, nova e atual:

Disse cá comigo: esses moços tão estimáveis pensam mesmo que nós não sabíamos disso de futurismo? Há vinte anos, ou mais, que se fala nisto e não há quem leia a mais ordinária revista francesa ou o pasquim mais ordinário da Itália que não conheça as cabotinagens do “il Marinetti”. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.68).

Note-se que Lima Barreto apresenta o Futurismo como algo antigo, demasiadamente conhecido, mas apresentado como novo pelos jovens modernistas de São Paulo: “esses moços tão estimáveis pensam mesmo que nós não sabíamos disso de futurismo? Há vinte anos, ou mais, que se fala nisto”. Também, neste trecho acima, Lima Barreto assinala sua visão negativa sobre o Futurismo implícita em “as cabotinagens do ‘il Marinetti’”. É uma referência à estética de Marinetti que surge de forma grosseira, egocêntrica e totalitária, características inadmissíveis para Lima Barreto que entendia a arte como elo da humanidade.

A influência estrangeira no Brasil se mostra perigosa para Lima Barreto, pois ele entende que esses influxos, seja nas políticas econômicas e sociais, seja na arte, favorecem a grupos minoritários detentores da concentração de poder. Com isto não se entende que os jovens modernistas tivessem tal pretensão, mas o nascimento do movimento estético dos



jovens paulistas ter por base um manifesto fascista, e que para Lima era ultrapassado, portanto, seria um resgate, faria com que o escritor carioca tivesse uma postura de repúdio às ideias futuristas e de desesperança na nova intelectualidade brasileira que se levanta com o modernismo, talvez aguçado pelas dores de escritor desencantado, preterido e de sua idealização de arte frustrada.

Para Lima Barreto o preço das mudanças era muito alto: a influência estrangeira em seu país, segundo ele, não tinha trazido consigo nada inovador ou revitalizante, mas sim novas causas e forma de corrupção. A influência estrangeira era para ele [Lima Barreto] uma forma autêntica, que estava intensificando o processo de alienação... (OAKLEY, 2011, p. 169). (grifo nosso).

Se o ideal de arte para Lima Barreto mantém relação próxima com a questão sociológica em que o escritor deveria se utilizar da literatura como espaço para realizar a comunhão entre os homens, em que a arte seria o elo entre os homens e a natureza, qualquer aproximação ou estética que estivesse sob influência do Futurismo, como no caso dos modernistas, corroborava para a não concretização do ideal de arte de Lima Barreto, pois o Futurismo, segundo Lima Barreto, “é senão brutalidade, grosseria, e escatologia, sobretudo esta” (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.68). A postura do intelectual ideal de Lima Barreto deveria ser de agente responsável pela integração entre os homens, entretanto a arte era utilizada como troféu ou legitimação da inteligência que servia somente a interesses pessoais, nunca coletivos.

### **3.5 Figurações do intelectual na crônica**

O intelectual e romancista Lima Barreto tem sido apresentado ou desenhado pela crítica literária como uma figura digna da paixão; Tristão de Athayde (apud Pereira da Silva, 1976) defendeu que Lima Barreto foi um escritor que escreveu por amor, não por ódio, vingança ou, até mesmo, ambição. Outros, mais contemporâneos, têm defendido Lima como porta-voz do negro, um escritor de literatura negra e até, de certa forma, explicam sua biografia pelo preconceito racial, como vem defendendo a antropóloga Lilia Moritz

Schwarcz<sup>30</sup>. Evidente que a paixão sempre estará presente, mas, se não deixarmos a paixão por Lima Barreto sobrepor-se ao pesquisador, talvez possamos olhar Lima Barreto nem com ar romantizado, nem heroico, mas como homem comum que compreendeu e sentiu seu tempo. Na busca por esse homem comum, nesse intelectual de idealizações utópicas, nos é útil uma discussão sobre como Lima Barreto enxerga os intelectuais do seu tempo.

Temos visto que o escritor carioca formou uma idealização sobre o intelectual, que em última instância seria aquele que escrevesse para o interesse da espécie humana, a arte sendo o elo entre os homens. Esta ideia não encontrou campo favorável na República Velha, mesmo sendo um período de inconstâncias na nossa história, o que, de alguma forma, poderia favorecer a união dos homens por meio de ideais e sonhos que não ocorreram. Na literatura a *arte pela arte* era a estética divulgada, e ainda praticada, portanto, longe dos problemas sociais da República Velha e livre de qualquer abordagem sociológica. Será retratando ou caricaturando os intelectuais do seu tempo que não se engajavam na sua filosofia idealista e que praticavam a literatura vigente da *Belle Époque* que Lima Barreto vai fazer figurações da intelectualidade brasileira, sempre com humor, sinceridade e dignidade de observador, num trabalho solitário e por isto de resistência.

Trabalhamos quatro crônicas aqui compreendendo um período de produção entre 1917 e 1922. O motivo desta escolha é que este recorte se encontra dentro de uma década de maior inconstância social e literária da República Velha, e o recorte vai do ápice da produção literária de Lima Barreto até o ano da sua morte quando fica mais expressiva sua desilusão com a intelectualidade dos seus contemporâneos. De uma forma geral as crônicas analisadas neste capítulo tratam do mesmo assunto que é o intelectual brasileiro, mas podemos, entre outras coisas, dizer o seguinte sobre essas crônicas: “as escolas sabichonas” e “o bendito football” tratam do fracasso da intelectualidade; e “São Paulo e os estrangeiros [I] e [II]” e “O futurismo” versam sobre as influências estrangeiras na construção do pensamento do intelectual brasileiro.

Lima Barreto observa que determinadas práticas da nossa intelectualidade são revestidas de características reacionárias e classistas, como é o caso da crônica “São Paulo e os estrangeiros [I] e [II]”. Quando aborda os estrangeiros e se coloca contra a ênfase dada aos estrangeirismos, seja na escrita, literatura ou política, o que Lima está fazendo é na verdade um alerta para as manobras das classes dominantes que visam uma modernização excludente

---

<sup>30</sup> SCHWARCZ, L.M. *O homem da ficha antropométrica e do uniforme pandemônio: Lima Barreto e a internação de 1914*. In: *Sociologia et antropologia*, v. 1, p. 119-150, 2011. Disponível online < [http://revistappgsa.ifcs.ufri.br/pdfs/ano1v1\\_artigo\\_lilia-moritz-schwarcz.pdf](http://revistappgsa.ifcs.ufri.br/pdfs/ano1v1_artigo_lilia-moritz-schwarcz.pdf)> acesso em 15 de mar. 2013.

no país; acrescenta-se a isso que a imitação do modo de vida europeu é um fetiche de intelectual que nossa intelectualidade fazia questão de mostrar. Ainda podemos inferir que Lima Barreto quando aborda tal temática na referida crônica nos chama atenção para a injustiça também praticada contra os estrangeiros que vieram trabalhar na lavoura brasileira com promessas de riqueza, mas foram explorados pela elite republicana dona de latifúndios. E ainda houve a injustiça contra os que se revoltaram: expulsos do país. Tudo isso Lima Barreto aborda para mostrar a superficialidade da intelectualidade brasileira que não estava preocupada com a justiça social.

Ao mesmo tempo em que mostra o que existia de superficial na nossa intelectualidade, Lima Barreto vai também criticar a forma como a influência estrangeira chega ao país. Já próximo do seu fim Lima escreve a crônica “O futurismo” e ironiza os novos intelectuais de São Paulo quando estes pretendem trazer o *novo* para nossa literatura. Este *novo*, entre outras coisas, seria as ideias futuristas de Marinetti, algo para Lima Barreto já passado, do conhecimento de todos e que Lima Barreto renegava justamente por defender que o Futurismo consistia em grosseria e brutalidade, algo que não corrobora com sua idealização de arte e intelectual.

O que é constante na obra de Lima Barreto, e também em suas crônicas, é a morte ou fracasso da inteligência, como aponta Oakley (2011). Os intelectuais de Lima Barreto são sempre derrotados, seja pelo fetiche que desenvolvem na busca pelo mundo intelectual, seja sucumbidos ao sistema que não aceita o seu ideal de intelectual. De qualquer forma, Lima sempre reforça a morte da inteligência. E a morte nas crônicas aqui analisadas pode ser traduzida pelo fracasso da inteligência.

Em sua crônica “Bendito *football*”, ele trata do futebol de forma bastante irônica abordando o preconceito racial e o fracasso da inteligência. Lima faz questão de grafar o vocábulo futebol no inglês e destacado, “*football*”; o escritor não está simplesmente seguindo a escrita da época, mas ironizando jornais e intelectuais que faziam questão de assim escrever como forma de se aproximar ainda mais do modo europeu. O futebol entra no Brasil como esporte preconceituoso, praticado pela elite republicana e defendido por intelectuais como Coelho Neto (Resende, 2004); isto já seria o bastante para Lima Barreto não aceitar tal prática e nem a propaganda que se fazia nos jornais do futebol, mas acrescenta-se a isso o fato de o futebol em nada trabalhar “pela prosperidade intelectual e pela grandeza material do Brasil” (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p.95).

Para Lima Barreto o intelectual brasileiro não privilegiava o bem comum, ao contrário, valorizava coisas corriqueiras e hábitos dos que detinham o poder pecuniário, como futebol e

xadrez. Em outros momentos, como é o caso da crônica “as escolas sabichonas”, quando se falava em literatura, a intelectualidade brasileira pecava pela exaltação do superficial que era o trabalho vernáculo de conteúdo desprovido do *agora* e das relações de favorecimento que possibilitavam a ocupação de cargos públicos e vagas em instituições como a Academia Brasileira de Letras.

Neste quadro Lima Barreto vai fazendo cada vez mais resistência e proteção a sua idealização de intelectual com crônicas repletas de sinceridade e observação da sua época. Por mais que haja diversos tipos de grupos intelectuais, Lima Barreto os une por um laço que é a ausência de construção de algo para o bem comum: há somente para ele interesses grupais. O que faltava a estes intelectuais, segundo Lima Barreto, era compromisso com o interesse coletivo, ideais humanitários e uma política em favor do bem comum.

Os homens só dominam os outros animais e conseguem em seu proveito ir captando as forças naturais porque são inteligentes. A sua verdadeira força é a inteligência; e o progresso e o desenvolvimento desta decorrem do fato de sermos nós animais sociáveis, dispoendo de um meio quase perfeito de comunicação, que é a linguagem, com a qual nos é permitido somar e multiplicar a força de pensamento do indivíduo, da família, das nações e das raças, e, até, mesmo, das gerações passadas, graças à escrita e à tradição oral que guardam as cogitações e conquistas mentais delas e as ligam às subsequentes. Portanto, meus senhores, quanto mais perfeito for esse poder de associação; quanto mais compreendermos os outros que nos parecem, à primeira vista, mais diferentes, mais intensa será a ligação entre os homens, e mais nos amaremos mutuamente, ganhando com isso a nossa inteligência, não só a coletiva como a individual. A arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e idéias, sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie; assim trabalhando, concorre, portanto, para o seu acréscimo de inteligência e de felicidade. (LIMA BARRETO, 1956, vol. XIII, pp. 66-67).

## 4 LIMA BARRETO: UMA VOZ SOB TENSÃO

Neste último capítulo caminharemos por uma reflexão sobre Lima Barreto, enquanto intelectual, consagrado pela crítica, como voz do subúrbio, ou ainda, como intelectual que aspirava à glória literária por meio da “imortalidade” da Academia Brasileira de Letras, que seria o reconhecimento de sua escrita no período da *Belle Époque*. Comumente Lima Barreto tem sido encerrado numa destas duas categorias – o de voz dos marginalizados ou de escritor renegado pela crítica – e quando nos deparamos com tal coisa o estudo sobre sua obra fica restrito. Por este motivo propomos estudar Lima Barreto como uma voz sob tensão entre estas duas categorias. O “entre mundos” de Lima Barreto é o que provoca a resistência e a dissensão presentes em sua obra.

A figura de Lima Barreto aparece como voz desafiadora em seu tempo, ele vai desafiar a literatura e o sistema político e social dominante da República Velha que tantas promessas de esperanças propagou, mas que serviu mais a grupos hegemônicos. Desafiar tal sistema nos faz pensar que, necessariamente, é preciso estar de um lado de forma efetiva. Entretanto, Lima Barreto mantém uma relação de aproximação com este sistema que ora ele denuncia, ora repudia. Bem, por outro lado o escritor carioca vai estreitar os laços de intimidade com o subúrbio quando incorpora os marginalizados em sua literatura, mas até onde Lima Barreto era contra os sistemas dominantes, ou os repudiava? Será que o mulato de Todos os Santos gostava de fazer parte daquela camada social dos marginalizados e invisíveis? Até que ponto Lima Barreto é uma voz social do subúrbio ou uma voz contra os sistemas hegemônicos?

Levantar a voz ou a pena contra os discursos hegemônicos não é nem nunca foi tarefa simples. Em geral, é sempre muito mais fácil navegar nas águas tranquilas da adesão irrefletida ou oportunista das ideias dominantes. A questão torna-se mais séria ainda quando quem ousa duvidar das certezas de seu tempo não pertence a nenhum núcleo de poder específico. Aqueles que não são partidários da situação, tampouco da oposição, invariavelmente, sequer têm suas vozes ouvidas e, nas breves oportunidades que podem fazê-las ecoar, são rapidamente silenciados, quer seja por um grupo ou por outro. (DIAS, 2009, p. 173).

O pesquisador André Dias na sua tese de doutorado “Lima Barreto e Dostóievski” (2009) já aponta para Lima Barreto como intelectual que não tem sua voz presa a um sistema, seja de situação, como o hegemônico, ou de oposição, como os “sem voz” e os oportunistas. O seu lugar é no “entre mundos”: por aí se encontrar é que ele vai viver sua maior tensão - de

não pertencer, efetivamente, a nenhuma categoria ou sistema social, político e literário. Em outras palavras Lima Barreto absorve o nomadismo espiritual.

Um nômade, não fisicamente, mas, sim, espiritualmente, pois transitou entre mundos, não se prendendo a nenhum deles, por motivos diversos, que vão desde o seu temperamento e orgulho de não aceitar apadrinhamentos até sua repulsa pelo subúrbio, o que não era propriamente uma aversão pura e simples ao povo do subúrbio, mas a morar no subúrbio, trabalhar como funcionário público de baixo escalão e não viver de literatura. Tudo isso junto era para Lima Barreto um retrato do fracasso daquele jovem estudante da Politécnica que sonhava com a glória do mundo das letras. Lima Barreto não será a voz dos marginalizados, por mais que ele faça isso em diversos momentos, mas ele será a voz destoante na literatura de apadrinhamentos intelectuais, na política de corporativismo, na exploração e esquecimento do subúrbio a pretexto da modernização, enfim, por meio de seu nomadismo espiritual Lima Barreto será a voz que destoa, que critica, que observa e entende seu tempo.

Pois bem, foi nesse cenário controverso da Primeira República que Afonso Henriques de Lima Barreto chamou para si a responsabilidade de se constituir como uma voz destoante dentro do coro, quase uníssono, dos que satisfeitos aderiam aos valores dominantes daquele tempo das certezas (DIAS, 2009, p. 174).

Ao que tudo nos indica, o próprio Lima Barreto era consciente de que não era portavoza de alguma classe social, característica algumas vezes marcante nos intelectuais que o sucederam, como os do movimento modernista. Nascendo num período de transição, negro, filho da recém-liberdade escravocrata, Lima Barreto já destoa desde o berço dos seus contemporâneos, pois seus pais, fazendo aí um paradoxo com o número alarmante de analfabetos no Brasil, eram negros instruídos, de conhecimento cultural; daí atestar Francisco de Assis Barbosa que Lima Barreto, como primogênito, foi o que mais absorveu do pai o gosto cultural e a instrução intelectual e que, devido à loucura paterna e à morte materna precoce, os demais irmãos de Lima Barreto não puderam desfrutar do conhecimento e instrução do pai. Em parte devido a isto, talvez, seja possível admitir sua repulsa em voltar para casa, no subúrbio. Acrescente-se a isso a loucura paterna que o atormentava tanto pelo sofrimento do pai, como pelo medo de ter o mesmo fim.

Se por um lado Lima Barreto não assume essa voz dos marginalizados, por outro ele também não fará coro com os intelectuais tradicionais, e não é porque ele não quisesse, mas sim por não ter sido aceito. Já falamos aqui que Lima Barreto não foi um intelectual sem reconhecimento em seu tempo, mas sim preterido por não comungar com os apadrinhamentos intelectuais e conservadores, com o corporativismo do funcionalismo público ou com a

modernidade que europeizava o Brasil e desprezava os “sem voz”, que seriam os marginalizados, o subúrbio, o rural e os destoantes como Lima Barreto. Daí André Dias dizer que Lima Barreto desafinava no coro dos contentes:

Nos seus breves quarenta e um anos de vida, Lima Barreto soube como poucos desafinar o coro dos contentes. Expôs as contradições de uma sociedade que procurava veicular uma imagem de moderna, mas ainda encontrava-se presa a práticas atrasadas e conservadoras. Em um tempo marcado pelas certezas científicas, pelo convencimento da vocação cosmopolita do Rio de Janeiro, pelo arrebatamento supostamente democrático impresso nas concepções republicanas e na excitação induzida pelo progresso, a vida e a obra do romancista se interpenetravam para ousarem falar sobre o que a maioria não queria ouvir: a cidade e o país, mas sobretudo sua gente, não iam tão bem como tantos queriam fazer acreditar. (DIAS, 2009, p. 176).

Dizer que Lima Barreto era isto ou aquilo é encerrá-lo numa única perspectiva, o que é perigoso, pois nos limita, ao estudarmos sua obra e vida. E Lima Barreto se assemelha à forma como Austregésilo de Ataíde define as personagens barretianas: “os seus tipos são variáveis, incertos, humanos, ilógicos, e traduzem, com perfeição, o caleidoscópio da existência, rebelde a leis, insubmissa a traçados, indo e vindo à mercê dos fatos...”. É por este caminho, pensando num Lima Barreto humano, incerto e variável que iremos nos deter sobre a ideia do seu nomadismo espiritual que não se prende a nenhuma categoria ou sistema social, literário e político, mas que vive no “entre mundos”. Será justamente nessa “ponte” que nasce a tensão, rebeldia e crítica na obra de Lima Barreto. O escritor carioca só se prenderia a um sistema, que era a sua idealização de intelectual e arte.

Lima Barreto, seguramente, não foi o único intelectual a se levantar contras “as verdades” impostas pelos setores majoritários da sociedade durante a Primeira República. Mas, a sua voz soube se impor como um discurso consistente que manteve coerência e fidelidade aos seus princípios, mesmo nos momentos de maior adversidade. (DIAS, 2009, p. 178).

## 4.1 O intelectual tradicional

Não é fácil definir ou conceituar algo no tempo, sobretudo quando se trata de coisa não concreta, subjetiva, da ordem do pensamento, como é o caso do Intelectual. Mais fácil é excluir quem não é Intelectual ou não faz parte de tal clã. Feito isso, é óbvio que quem fica é “merecedor” do adjetivo. Uma exclusão deste tipo tem por nivelamento a questão social em que o lugar de onde se fala, o poder econômico, a influência no meio, o sexo e, claro, a cor,

são fatores determinantes. Evidente que isto não é uma regra na nossa sociedade e, cremos, em nenhuma, mas no Brasil da *Belle Époque* e da Primeira República ou República Velha, estes “valores” estavam intimamente ligados a uma conceituação de homem intelectual. De alguma forma, os “intelectuais” mantinham uma boa relação entre os pares, evocando e defendendo causas singulares, com alegados objetivos de colocar o Brasil no rumo e a par das literaturas estrangeiras e canonizadas.

Claro que nenhum grupo é tão homogêneo, e que *intelectual* no Brasil não foi um termo restrito a “valores” socioeconômicos e étnicos. Portanto, surgem neste período inicial do século XX intelectuais que entram em confronto com as diretrizes dos intelectuais ditos tradicionais. São homens que propõem uma visão voltada para o seu tempo, de uma literatura de abordagem sociológica, de engajamento com a arte que é, a bem da verdade, uma idealização romantizada e influenciada pelas ideias humanísticas da época, como o Socialismo que chegava ao Brasil.

Lima Barreto se encontra neste ambiente em que o pensamento positivista ainda é a filosofia seguida pelos intelectuais. A bem da verdade, neste período da *Belle Époque*, talvez não seja adequado denominar ou conceituar a escrita de um grupo intelectual: o que se pode inferir é algo como a filosofia diretriz de tal grupo, mas não defini-lo. Isto se deve ao hibridismo cultural que foi este período da *Belle Époque*, que de tão híbrido se tornou obscuro, à medida que ele não respeitou essa sua característica, afastando as linhas e pensamentos que não comungassem com as postas, tais como o positivismo, naturalismo, realismo, a política de modernização e europeização das cidades.

Neste sentido o próprio Lima Barreto também não será, exclusivamente, defensor, crítico ou seguidor de uma única corrente. É, comumente, a crítica literária quem faz este papel de definir autor ou grupo como sendo pertencente a uma ou outra matriz literária, filosófica ou política. Portanto, não estamos definindo Lima Barreto como pertencente a uma determinada corrente literária, política ou filosófica, ao contrário, ele se encontra sob tensão entre essas diversas correntes do seu tempo.

Lima Barreto nasce em treze de maio 1881, portanto sete anos antes da lei Áurea que dava fim à escravidão no Brasil. Em 1889 assiste, juntamente com o pai, o fim do sistema monárquico e o surgimento da República. Este evento, em especial, o marcará profundamente.

João Henriques de Lima Barreto, pai do escritor, era um mulato filho de escrava com português que nunca teve o reconhecimento paterno. Nascido liberto, João Henriques almejava o título de “doutor”, título que o filho Lima Barreto por vezes satiriza em sua obra,



porém João Henriques não envereda pelo caminho da Medicina, e sim pela Imprensa, como tipógrafo. De temperamento e personalidade forte, característica que o filho escritor assimilaria, João Henriques não aceitava qualquer manifestação de injustiça, seja intelectual, social, política ou racial. Isso explica seu pedido de demissão de um dos maiores jornais de seu tempo, *Jornal do Commercio*, por se sentir prejudicado e preterido quando pleiteou o posto de chefe da oficina.<sup>31</sup>

Convencido de que merecia a promoção, João Henriques pleiteara o lugar. O patrão recusou-se a atendê-lo, alegando uma série de razões: era muito moço, não podia passar à frente de outros mais antigos da casa. E o rapaz de sangue quente, vencido, mas não convencido, preferiu abandonar o emprego a receber ordens de um chefe menos competente do que ele. (BARBOSA, 2002, p. 37).

O tipógrafo de temperamento inconformado vai trabalhar, posteriormente, na Imprensa Nacional, que na época era chamada de Tipografia Nacional, por influência do Senador Afonso Celso de Assis Figueiredo<sup>32</sup>, Visconde Ouro Preto, que era um monarquista convicto. Dividia seu tempo entre o trabalho na Tipografia Nacional e no jornal do partido Liberal, *Tribuna Liberal*, de propriedade de Afonso Celso, que tinha como função fazer oposição ao novo regime que se instalava. João Henriques vai travar mais um momento de injustiça, agora política. Com o advento da República começa a perseguição aos monarquistas, e a deportação do Visconde de Ouro Preto é para João Henriques um prelúdio do seu destino: antes de o demitirem da Tipografia Nacional ele mesmo faz o pedido formal de desligamento da instituição.

Esse breve relato sobre os anos iniciais da vida de João Henriques se torna necessário para traçar uma linha de compreensão sobre o escritor Lima Barreto e suas convicções. De fato, Lima Barreto seguiu os passos do pai e interiorizou a dor que aqueles momentos tortuosos e tristes que o advento da República patrocinou na vida da família Lima Barreto. Sua visão de intelectual sobre a República e os problemas familiares que o novo regime deixara no seio da sua casa vem nos dizer que a República estava mudando o homem do seu tempo, mas de que forma?

Não é somente uma mudança de regime, mas sim de postura ideológica que vai resultar em mudanças na forma de pensar do homem republicano. O homem estava em

---

<sup>31</sup> Como registra Francisco de Assis Barbosa, João Henriques pleiteou o posto de chefe da oficina da tipografia do *Jornal do Commercio*, porém teve seu pedido negado e o posto foi ocupado por outro que João Henriques considerava menos competente que ele. Sentindo-se injustiçado e vítima de preconceito de cor, João Henriques se demite do jornal. Isto mostra uma característica marcante na família Lima Barreto que é o temperamento forte, extremado e consciente.

<sup>32</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912) fora padrinho de um dos filhos de João Henriques, e em forma de gratidão o compadre batizou a criança com o nome de Afonso Henriques de Lima Barreto.

mudança devido à inversão de valores morais que a República, recém-instalada, trouxera, a “ordem e progresso” que estampara o novo regime não entrava em prática para a grande massa populacional, sobretudo o subúrbio que ficara esquecido das grandes reformas e modernização implantada pela República Velha na capital Rio de Janeiro. Acrescente-se a isso que, para Lima Barreto, o advento da República banalizou a intelectualidade e preteriu os valores humanos em nome da ganância pecuniária. Tinha na figura do pai, João Henriques, o exemplo familiar dessa inversão da intelectualidade que o novo regime trouxera, pois João Henriques, homem de caráter e valores morais que não se corrompia, por acreditar nos seus ideais políticos, foi, assim como o filho mais tarde seria, preterido e esquecido. Nicolau Sevcenko aponta o novo regime, a República, como um processo de inversão que modificaria o homem republicano:

A força da nova sociedade estava concentrada justamente nos comportamentos mais antissociais, elevados à condição de valores máximos da elite: o gosto pela fruição do conforto material e pelas situações de privilégio e superioridade, despertando a discriminação e as mais variadas formas de desprezo mútuo entre os cidadãos. (SEVCENKO, 1983, p. 186).

Se por um lado a elite republicana tinha como valor o gozo do “conforto material, situações de privilégio e superioridade”, o gozo intelectual seria a “coroação” da “superioridade” da elite republicana, e isto quase sempre era conquistada pelo reconhecimento no mundo das Letras. Lima Barreto era bastante conhecido, tanto como escritor quanto pelo seu problema com o álcool. Na República, não se limitando somente ao Estado do Rio de Janeiro, ele era uma espécie de guia da juventude, entretanto, o mais importante Lima Barreto não tinha: o reconhecimento e o prestígio da sociedade republicana elitizada.

Sua crítica à República de que ela estava a “enriquecer os ricos e empobrecer os pobres” não pode ser traduzida na forma simplória de que o autor era uma voz do subúrbio, ou ainda, um porta-voz dos marginalizados da literatura e da sociedade. Decerto Lima Barreto fizera isso, mas seu desejo era ser parte daquele mundo republicano de “conforto material, privilégio, superioridade” e reconhecimento. O autor, em crônica intitulada *Elogio da Morte*<sup>33</sup>, mostra-se amargo pela falta do reconhecimento, e eleva a morte como a esperança última de redenção para os humilhados e marginalizados, seja no âmbito social ou literário:

Gosto da Morte porque ela é o aniquilamento de todos nós; gosto da Morte porque ela nos sagra. Em vida, todos nós só somos conhecidos pela calúnia e maledicência, mas, depois que Ela nos leva, nós somos conhecidos (a repetição é a melhor figura de retórica), pelas nossas boas qualidades. (LIMA BARRETO, 2004, vol.I, p. 390).

---

<sup>33</sup> Publicado originalmente no Jornal *A.B.C* em 19 de outubro de 1918.

E continua, ainda mais amargo da vida:

É inútil estar vivendo, para ser dependente dos outros; é inútil estar vivendo para sofrer os vexames que não merecemos. A vida não pode ser uma dor, uma humilhação de contínuos e burocratas idiotas; a vida deve ser uma vitória. Quando, porém, não se pode conseguir isso, a Morte é que deve vir em nosso socorro. (LIMA BARRETO, 2004, vol.I, p. 390).

E de fato Lima Barreto buscou a morte mais de uma vez, porém não passaram de pensamentos, e uma tentativa de suicídio, com a autoculpa de covarde por não concretizá-la. No seu *Diário Íntimo* o autor confessa:

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos sete anos, logo depois da morte de minha mãe, quando eu fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu senti a injustiça da vida, a dor que ela envolve, a incompreensão da minha delicadeza, do meu natural doce e terno; e daí também comecei a respeitar supersticiosamente a honestidade, de modo que as mínimas coisas me parecem grandes crimes e eu fico abalado e sacolejante. (LIMA BARRETO, 1956, vol. XIV, p.135).

E neste mesmo texto, datado de 16 de julho de 1908, Lima Barreto confessa o desejo de participar da “grande humanidade” que não é, decerto, somente uma referência à elite republicana, mas, além disso, um desejo de entrar e mudá-la por meio de sua arte, de sua inteligência. Aqui se encontra um Lima Barreto jovem, vinte e sete anos, desanimado e cheio de incertezas sobre a sua própria capacidade intelectual, mas desejoso de participar do grupo de intelectuais de sua época, seja desfrutando do conforto material e do gozo intelectual.

Estou com vinte e sete anos, tendo feito uma porção de bobagens, sem saber positivamente nada; ignorando se tenho qualidades naturais, escrevendo em explosões; sem dinheiro, sem família, carregado de dificuldades e responsabilidades. Mas de tudo isso, o que mais me amola é sentir que não sou inteligente. Mulato, desorganizado, incompreensível e incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência, pela inteligência e para a inteligência, e eu, inteligente, entraria por força na humanidade, isto é, na grande humanidade de que quero fazer parte. (LIMA BARRETO, 1956, vol. XIV, p.135).

Lima Barreto planejava não somente ser um grande escritor, mas viver da sua arte; entretanto, aos poucos, naquele jovem rapaz, que tivera nos anos iniciais da sua juventude o frescor de conviver com os livros, a inteligência e o desejo do reconhecimento foram cedendo lugar a um Lima Barreto doente, sem perspectivas materiais e intelectuais e descrente da sociedade de sua época.

Inevitável que este homem de sonhos ceifados – seja pelo destino triste que o acometera ou pelo caráter forte que não permitia se render e nem trair seus ideais de arte em troca de favores intelectuais, e até mesmo materiais, daí um escritor da resistência – sentisse a

amargura de viver no subúrbio, da casa sem paz e do pai louco. Tudo isto faz com que o escritor, por vezes, se revolte contra a gente do subúrbio e seu lar, mas não é uma revolta de quem quer simplesmente fugir daquele espaço, é antes uma mágoa de derrotado, vencido pelo próprio destino. A isto ele deixa escapar em seu *Diário Íntimo*:

Dolorosa vida a minha! Empreguei-me há 6 meses e vou exercendo as minhas funções. Minha casa [...] é um mosaico tétrico de dor e de tolice. Meu pai, ambulante, leva a vida imerso na sua insânia. Meu irmão, C..., furta livros e pequenos objetos para vender. Oh! Meu Deus! Que fatal inclinação desse menino! Como me tem sido difícil reprimir a explosão. Seja tudo que Deus quiser! A Prisciliana e filhos, aquilo de sempre. Sem a distinção da cultura nossa, sem o refinamento que já conhecíamos, veio em parte talvez prender o desenvolvimento superior dos meus. Só eu escapo! (LIMA BARRETO, 1956, vol. XIV, p.41).

Limitar um escritor a uma tipologia é negar ao leitor as múltiplas leituras do seu conjunto de obras literárias. Lima Barreto antes de ser um mito, ou um escritor engajado em causas sociais, políticas, filosóficas e literárias, é homem, e como todo homem sempre estará sujeito “a eterna contradição humana”<sup>34</sup>. O escritor carioca não foi só um defensor de causas sociais, nem um jovem aspirante desejoso da glória literária, bem como não foi somente um homem que não se sentia parte do seu ambiente social, ele foi isso tudo ao mesmo tempo, foi humano, sentiu as dores do seu destino, viveu no subúrbio e foi o grande cronista dele, uma relação de amor e desajuste com o espaço. Lima Barreto foi mais que a voz do subúrbio, ele foi a voz no subúrbio.

## 4.2 O intelectual suburbano

Lima Barreto é conhecido da grande massa de leitores e admiradores por seu engajamento com o subúrbio, o que de fato ocorreu, mas não devemos nos esquecer de que o escritor era, por meio de suas críticas, um esperançoso de participar e ser reconhecido daquela sociedade da *Belle Époque*. Com isto Lima Barreto também se assemelha ao intelectual tradicional, membro da Academia de Letras, frequentador dos Cafés da Rua do Ouvidor. Porém, mesmo se Lima tivesse participado desta classe de intelectuais, legitimamente reconhecido pela sociedade, ainda assim ele não abriria mão do seu ideal de arte e de sua

<sup>34</sup> Alusão ao conto de Machado de Assis “A Igreja do Diabo”.

convicção literária, seria um tradicional revolucionário. Tradicional porque estaria entres os intelectuais acadêmicos, mas revolucionário porque desejava chegar à Academia pelo reconhecimento da sua arte, e não por apadrinhamento.

Mas Lima Barreto foi as duas coisas ao mesmo tempo, tanto tradicional como suburbano. Tradicional não somente por suas pretensões literárias e materiais de um dia participar da sociedade burguesa e de desfrutar do seu reconhecimento, mas, também, por certas posturas perante temas polêmicos. Um destes temas é o Feminismo em que o escritor vai se postar contra o direito de voto das mulheres e contra o próprio movimento feminista, pois ele trata de forma irônica e como um “problema” o avanço das mulheres no mercado de trabalho. Para Lima Barreto não era propriamente um avanço o espaço conquistado pelas mulheres no funcionalismo público, mas só um exemplo do poder que a República tinha sobre os homens. O problema deste avanço é que as mulheres estavam ganhando espaço, mas não por méritos, e sim porque a corrupção republicana tinha legitimado os “pistolões” femininos no funcionalismo público.

Tradicional ou suburbano (isto é uma conceituação que fazemos em nosso tempo), Lima Barreto era um intelectual comprometido com sua arte que incluía não fechar os olhos para aquilo que era contra o interesse da humanidade. Sendo assim, suas palavras de crítica, de retrato da paisagem e evocação do subúrbio são na verdade uma resistência, solitária, que o escritor pratica. Resistência contra aqueles que não aceitavam sua visão e fechavam os olhos para os “problemas vitais” do país, do homem.

Retratar o subúrbio ou criticar as igrejinhas femininas era para ele mexer nas feridas do Brasil e mostrar que a República não havia cumprido com sua promessa de humanidade. Criado no subúrbio carioca, ele, mais do que qualquer outro contemporâneo seu, tinha autoridade para falar com propriedade dos problemas e belezas do subúrbio e seus habitantes, os marginalizados e esquecidos da República.

Quando há quase vinte anos, fui morar nos subúrbios, o trem me irritava. A presunção, o pedantismo, a arrogância e o desdém em que olhavam as minhas roupas desfiadas e verdoengas, sacudiam-me os nervos e davam-me ânimos de revolta. Hoje, porém, não me causa senão riso a importância dos magnatas suburbanos. Esses burocratas faustosos, esses escrivães, esses doutores de secretaria, sei bem como são títres de politições e politiquinhos. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p. 242).

O trem é definido por Lima Barreto como um transporte legitimamente suburbano, pois é o trem que liga subúrbio e centro, que conhece os longínquos subúrbios e sua gente, é nele que, durante a viagem, os “magnatas suburbanos” se mostram superiores aos demais pares. Magnata suburbano para Lima Barreto é aquele que encontra motivos para não se sentir

de todo infeliz e derrotado, portanto, ele eleva suas características perante os demais, quase sempre se julgando inteligente e esperto demais para fazer parte de tal grupo de suburbanos. Somente um suburbano, magnata, para perceber e externalizar isso, mas não com desdém, e sim com olhar crítico e sincero de quem observa a heterogeneidade que é o subúrbio.

O escritor carioca será um intelectual suburbano tanto pelo espaço físico de onde escreve quanto por levar o subúrbio ao centro republicano, colocando-o como merecedor também das atenções sociais e políticas do novo regime e denunciando o descaso e esquecimento que este regime trouxera para os marginalizados da República. Contudo não se pode rotulá-lo de porta-voz do subúrbio, mas de intelectual que teve como destino viver no subúrbio e, mesmo não aceitando, assimilou aquela pacata, sofrida, ora feliz e ora infeliz vida suburbana.

Lima reluta e não faz pactos com o subúrbio, e nem com o centro, ou seja, ele não se encontra em nenhum lugar, ambos não são bons para ele, pois não entendem e nem acompanham a sua intelectualidade. Se no subúrbio há o homem infeliz, de poucos recursos e desconhecimento, no centro, que contém a burguesia republicana e suas academias, há o homem feliz de vastos recursos, mas sofrendo do mesmo mal: falta de conhecimento e amor pelo saber. Lima Barreto é o intelectual que destoa e resiste, e por tais motivos se faz necessário falar do seu lugar. Sendo verdadeiro em sua análise, não faz uma defesa do subúrbio, mas sim uma observação fiel e que mostra uma realidade e costumes distantes de uma capital que se abria para a modernidade, costumes burlescos que Lima Barreto enaltece, como na crônica *Os Enterros de Inhaúma* em que o cronista narra os costumes suburbanos, a paisagem ruralizada e a gente simples que estão distantes e, ao mesmo tempo, próximas do Rio moderno.

Certamente há de ser impressão particular minha não encontrar no cemitério municipal de Inhaúma aquele ar de recolhimento, de resignada tristeza, de imponderável poesia do Além, que encontro nos outros. Acho-o feio, sem compunção, com um ar morno de repartição pública; mas se o cemitério me parece assim, e não me interessa, os enterros que lá vão ter, todos eles, aguçam sempre a minha atenção quando os vejo passar, pobres ou não, a pé ou em côche-automovel. A pobreza da maioria dos habitantes dos subúrbios ainda mantém neles esse costume rural de levar a pé, carregados a braços, os mortos queridos. É um sacrifício que redundava num penhor de amizade, em uma homenagem das mais sinceras e piedosas que um vivo pode prestar a um morto. (LIMA BARRETO, 1956, vol.X, p. 287).

Gente simples, mas de costumes que merecem ser destacados pelo valor humanístico, como é o caso, no subúrbio de Inhaúma, de carregar seus mortos nos braços, demonstrando o valor da amizade. Mas, por outro lado, o que Lima Barreto faz é denunciar o descaso em que essa população vive, não gozando de direitos fundamentais e à margem da modernização. É

certo que Lima Barreto não escolheu morar no subúrbio, mas a vida; assim como é certo que ele não era de todo feliz naquele lugar, mas não deixou de desempenhar sua função social de escritor, que é para ele dever do intelectual. Dentro desta função social Lima desmitifica o subúrbio como lugar inabitável, seja pela falta de segurança ou pelo preconceito contra os suburbanos. Ele toma uma postura de defesa do subúrbio, vejamos o trecho da crônica *A Polícia Suburbana*<sup>35</sup>.

A impressão que tenho é de que a vida e a propriedade daquelas paragens estão entregues aos bons sentimentos dos outros e que os pequenos furtos de galinhas e coradouros não exigem um aparelho custoso de patrulhas e apitos. Aquilo lá vai muito bem, todos se entendem livremente e o Estado não precisa intervir corretivamente para fazer respeitar a propriedade alheia. (LIMA BARRETO, 2004, p. 130).

Defendido o caráter do povo suburbano, Lima ataca o Estado:

Penso mesmo que, se as coisas não se passassem assim, os vigilantes, obrigados a mostrar serviço, procurariam meios e modos de efetuar detenções e os notívagos, como eu, ou os pobres-diabos que lá procuram dormida, seriam incomodados, com pouco proveito para a lei e para o Estado. Os policiais suburbanos têm toda a razão. Devem continuar a dormir. Eles, aos poucos, graças ao calejamento do ofício, se convenceram de que a polícia é inútil. Ainda bem. (LIMA BARRETO, 2004, p. 130).

O que se tem por intelectual suburbano não fica restrito à defesa que Lima Barreto faz do subúrbio, ou, ainda, à sua crítica ao povo suburbano, isso vai mais além. Lima escreve do subúrbio, sua escrita sempre fora vista com certo desdém pela intelectualidade, sobretudo porque o escritor, tanto nos romances, crônicas e contos, realizava uma abordagem contemporânea e sociológica. Acrescente-se a isso que ele não tinha muito espaço nos grandes jornais e revistas da época, publicava em periódicos mais populares, como é o caso do *A.B.C.* Tudo isso contribui para o intelectual marginal que Lima Barreto foi, além do seu caráter rebelde e inconformista.

Destoando dos intelectuais de sua época ele aborda o subúrbio com uma visão de inclusão, e não de saudosismo ou estereótipo. É o caso da crônica *Queixa de Defunto*: em tal crônica, um defunto-autor endereça uma carta ao prefeito para reclamar da falta de calçamento nas ruas dos subúrbios por onde seu caixão passara. É uma crônica irônica, hilária de Lima Barreto em que ele descreve a vida do povo suburbano por meio deste defunto-autor.

---

<sup>35</sup> Crônica publica no *Correio da Noite* em 28 de dezembro de 1914.

Antônio da Conceição, natural desta cidade, residente que foi em vida, na Boca do Mato, no Méier, onde acaba de morrer, por meios que não posso tornar público, mandou-me a carta abaixo que é endereçada ao prefeito. (LIMA BARRETO, 2004, vol.I, p. 157).

O defunto-autor, ao se apresentar, apresenta também, a bem da verdade, o subúrbio:

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Prefeito do Distrito Federal. Sou um pobre homem que em vida nunca deu trabalho às autoridades públicas nem a elas fez reclamação alguma. Nunca exerci ou pretendi exercer isso que se chama os direitos sagrados de cidadão. Nasci, vivi e morri modestamente, julgando sempre que o meu único dever era ser lustrador de móveis e admitir que os outros os tivessem para eu lustrar e eu não. “Não fui republicano, não fui florianista, não fui custodista, não fui hermista, não me meti em greves, nem em coisa alguma de reivindicações e revoltas; mas morri na santa paz do Senhor quase sem pecados e sem agonia.” (LIMA BARRETO, 2004, vol.I, p. 157).

E faz sua queixa sobre o calçamento nos subúrbios:

“Tendo sido enterrado no cemitério de Inhaúma e vindo o meu enterro do Méier, o coche e o acompanhamento tiveram que atravessar em toda a extensão a Rua José Bonifácio, em Todos os Santos. Esta rua foi calçada há perto de cinquenta anos a macadame e nunca mais foi o seu calçamento substituído. Há caldeirões de todas as profundidades e larguras, por ela afora. Dessa forma, um pobre defunto que vai dentro do caixão em cima de um coche que por ela rola, sofre o diabo.” (LIMA BARRETO, 2004, vol.I, p. 158).

Essa crônica aborda de forma bastante hilária o processo de modernização excludente no Rio de Janeiro, então capital da República, Lima não foi contra a modernização, mas sim a forma como isso se deu: focou-se nas fachadas, alargamento de ruas e avenidas do centro da cidade – o que resultou na expulsão de moradores do entorno do centro para os subúrbios – enquanto a grande massa, classe trabalhadora da República, sofria com o abandono, exclusão, corrupção e autoritarismo republicano.

Outro texto de Lima Barreto que versa sobre a modernização excludente é a crônica “Megalomania”, publicada na revista *Careta* em 28 de agosto de 1920. Na época, o prefeito do Rio de Janeiro era Carlos Sampaio, aliás, as crônicas de Lima Barreto que abordam esta temática – modernização excludente – são, sobretudo, da época dos prefeitos Pereira Passos (1902-1906) e Carlos Sampaio (1920-1922).

Pereira Passos é famoso pela política do “bota-abaixo” e Carlos Sampaio foi o responsável pelo arrasamento do morro do Castelo, a questão é que essa política de embelezamento e modernização visando transformar o Rio de Janeiro numa cidade cosmopolita estava afetando os subúrbios que foram excluídos da política de reformas implantadas. O que a crônica “Megalomania” vem dizer é o quanto este tipo de modernização era inútil, pois se investia muito dinheiro, em fachadas e avenidas à custa de arrasar morros, o



que é a marca natural do Rio de Janeiro, enquanto a população suburbana sofria com falta de hospitais, surtos de epidemias, em suma, de abandono.

Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, atualmente, que não topemos logo com propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras [...] Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas. Não há casas, entretanto queremos arrasar o morro do Castelo, tirando a habitação de alguns milhares de pessoas. (LIMA BARRETO, 2004, vol. II, p. 207).

Lima foi o intelectual suburbano, destoante dos seus pares, resistente e fiel aos seus preceitos de arte, foi heterogêneo como o subúrbio, inconstante e inconformado, desejoso da glória literária, mulato reconhecido, mas preterido, enfim, Lima Barreto foi um intelectual que defendeu e criticou o subúrbio, percebeu o quanto a República tinha mudado o homem e o quanto isso era malévolos para a gente suburbana que ficara esquecida por conta da corrupção e política de exclusão do homem republicano. Intelectual suburbano ou tradicional? Os dois ao mesmo tempo conviveram em benefício daquilo que ele acreditava: fazer da arte uma ferramenta de uso social que pudesse obter unidade na variedade, enfim, que sua arte colaborasse para a comunhão da humanidade.

## 5 CONCLUSÃO

É chegado o momento final deste trabalho e precisamos, aqui, resumir a ideia principal pesquisada: o intelectual que não mantém articulação com o saber. Porém, torna-se necessário que façamos os devidos elos entre as partes do texto trabalhadas, para que consigamos chegar a uma síntese de nossa pesquisa.

Ao longo desta pesquisa sobre as figurações da intelectualidade brasileira nas crônicas de Lima Barreto, primeiro abordamos a literatura gramsciana sobre o intelectual, como exemplo de base teórica com que se pode dialogar, concordando ou discordando, refutando ou confirmando, aspectos da obra de Lima Barreto, e de sua figura.

Além de Gramsci, foi necessário pesquisar o significado de *intelectual* em dicionários da época de Lima Barreto, para entendermos que sentidos esse termo tinha na época. Estes dois elementos nos possibilitaram observar que Lima Barreto se configura como intelectual destoante dos seus pares na *Belle Époque*: Lima não se enquadra em nenhuma subcategoria de intelectual proposta por Gramsci, bem como aponta o fetiche intelectual que permeia a intelectualidade brasileira em relação ao saber.

Como o gênero utilizado para análise de nossa pesquisa foi a crônica, houve a necessidade de um abono textual mais extenso sobre o que seria crônica, origem e características deste gênero peculiar. Assim sendo, foi possível perceber que a crônica, de registro histórico a jornalístico, servia muito bem ao ideal de intelectual de Lima Barreto, que seria de o intelectual desenvolver, por meio da escrita, uma função sociológica.

Em seguida foram feitas análises das crônicas de Lima Barreto em que pudemos desenvolver a ideia central desta pesquisa: a crítica ao intelectual desprovido de articulação com o saber. Além desta ideia central foi, ainda, possível, por meio das análises, observar a superficialidade do intelectual que, devido à falta de amor ao saber, usava a inteligência para benesses particulares, e não coletivas, como defendia Lima Barreto.

E por último tratamos da figura intelectual de Lima Barreto, que não se limitou a qualquer subcategoria de intelectual proposta por Gramsci, mas que, também, não foi um intelectual da sociedade *Belle Époque* carioca. Nós o tratamos como intelectual sob tensão, sem lugar fixo e preterido. Isto contribuiu, a nosso ver, para que Lima Barreto desempenhasse com sinceridade o seu trabalho de cronista, como um exímio observador que soube pintar o quadro de nossos intelectuais na República Velha.

Integrando essas conclusões parciais vamos notar que Lima Barreto tinha um ideal de arte – onde se encontrava sua idealização de intelectual – que é de ordem sociológica. Será este ideal que ele irá aplicar para tratar o intelectual brasileiro, seja na política, imprensa ou literatura.

As figuras abordadas por Lima Barreto não mantêm uma relação verdadeira com a inteligência, mas são desejosos de a terem. Daí surge o seu fetichismo em relação à inteligência, pois a querem para o fortalecimento de grupos, numa verdadeira plutocracia, ou ainda, para exibicionismo perante a sociedade.

Lima Barreto, ao longo deste estudo, se mostra um intelectual de resistência, porque não abandonou seus ideais de arte; preterido, foi – não como merecia – reconhecido em seu tempo, e foi também um intelectual nem tradicional, nem da elite intelectual republicana, nem porta-voz do subúrbio. Na verdade, foi tudo isto ao mesmo tempo. Seu único engajamento foi com a sua arte como função social.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo. In: \_\_\_\_\_. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ANDRADE, Mário de. O homenzinho que não pensou. *Revista Klaxon*, São Paulo, v. 1, n. 3, jul 1922.

AUBENQUE, Pierre. As filosofias helenísticas: estoicismo, epicurismo, ceticismo. In: AUBENQUE, Pierre; BERNHARDT, Jean; CHÂTELET, François. *História da Filosofia: idéias, doutrinas*. I Filosofia pagã. Trad. de Maria José de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. (digital). [S.l.]: Desenvolvimento MGB Informática, 2010.

AULETE, Caldas. *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Editor responsável Paulo Geiger; Apresentação Evanildo Bechara. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009. 960p.

AUSTREGÉSILO DE ATAÍDE, B. Carta aberta a Lima Barreto. *A Tribuna*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1921.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino*. Coimbra, 1712-1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: jan. 2012.

BRAYNER, Sonia. *Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira: 1880-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ÇÁ, Ventura de. Cartas a Lima Barreto II. *Jornal de Letras*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 14, nov. 1949.

CAMPOS, Humberto. *Crítica (segunda série)*. São Paulo: W. M. Jackson, 1962.

CANDIDO, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Ed. da Unicamp/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: \_\_\_\_\_. *Prefácio Para Gostar de Ler*. São Paulo: Ática, 1980. v.1.

COUTINHO, Afrânio. Romantismo. In: \_\_\_\_\_. *Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana S.A, 1969. v.2.

DIAS, André. *Lima Barreto e Dostoiévski: vozes dissonantes*. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

ENÉIAS FERRAZ. A morte do mestre. *O País*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1922.

ENGEL, Magali Gouveia. Os intelectuais, o nacional e o popular (Rio de Janeiro, 1890-1910). *História Social*, Campinas, SP, v. 11, p. 211-226, 2005.

FIGUEIREDO, Candido de. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899. v.1, 781 p.

FIGUEIREDO, Candido de. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editora de A.M. Teixeira, 1913. v.1, 985p.

FILHO, Mario. *O negro no futebol brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FONSECA, José. *Dicionário da língua portuguesa*. Paris: Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand. 1870. 971p.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcilia. (Org.). *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. 4. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

HOUAISS, Antonio. *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.

LEITÃO, Luiz Ricardo. *Lima Barreto: o rebelde imprescindível*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Lima Barreto: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*. (Org.) Antonio Augusto Moreira Faria et al. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Lima Barreto: toda crônica*. (Org.) Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. 1-2.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Obras completas*. (Org.) Francisco de Assis Barbosa et al. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. v. 1-17.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *A Igreja do Diabo*. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa. Histórias sem data*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v.2.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Publicado originalmente no periódico *O Futuro*, Rio de Janeiro, de 15/09/1862 a 01/07/1863. Texto-fonte: *Obra Completa*, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macr03.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

MORAES SILVA, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>>. Acesso em: jan. 2012.

OAKLEY, R.J. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PEREIRA DA SILVA, H. *Lima Barreto, escritor maldito*. São Paulo: [s.n.], 1976.

RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel (Org.). *Lima Barreto: toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. 1-2.

REVISTA KLAXON. São Paulo, v. 1, n. 1, mai.1922.

SÁ, Jorge. *A crônica*. Série Princípios. 6. ed. São Paulo: editora ática, 2005.

SCHWARCZ, L.M. O homem da ficha antropométrica e do uniforme pandemônio: Lima Barreto e a internação de 1914. *Sociologia et antropologia*, v. 1, p. 119-150, 2011. Disponível em: <[http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano1v1\\_artigo\\_lilia-moritz-schwarcz.pdf](http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/pdfs/ano1v1_artigo_lilia-moritz-schwarcz.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missa: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

SOUZA, Marcelo C. M. de. *O Analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico*. Texto para discussão n. 639. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.

VERÍSSIMO, José. José Veríssimo a Lima Barreto. In: BARBOSA, Francisco de Assis et al (Org.). *Correspondência, ativa e passiva. 1º tomo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. v. 16.

VERÍSSIMO, José. Revista Literária. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 09 dez. 1907.